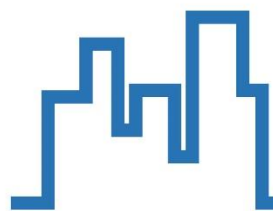


Revisão do



PLANO



7:7 DIRETOR

Ponta Grossa

I^a Fase - Relatório 01
Mobilização e Estruturação
para Revisão do PDM - PG



RELATÓRIO 01

PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PONTA GROSSA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA

PREFEITO MUNICIPAL: Marcelo Rangel Cruz de Oliveira

VICE PREFEITA MUNICIPAL: Elizabeth Silveira Schmidt

IPLAN – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA

Diretor Executivo: Ciro Macedo Ribas Junior

Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro: Miguel Aurélio Droppa

Coordenadora de Pesquisa e Estratégia: Sylvana Zanon

Arquiteta e Urbanista: Jamile Salim

Arquiteta e Urbanista: Karla Volaco Gonzalez Stamoulis

Assessora de Projetos: Rafaela Sangalli

Assessor de Projetos: John Lenon Goes

Assessor de Projetos: Saylon Werner Siqueira

Assessora de Projetos: Andrea Biagi Bertocco

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Secretário: Ricardo Luiz Torquato de Linhares

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretária: Ivonei Afonso Vieira

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Secretária: Simone Kaminski Oliveira

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Secretário: Ary Fernando Guimaraes Lovato

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Secretária: Esmeria de Lourdes Saveli

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Secretário: Cláudio Grokoviski

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Secretário: Maurício Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Secretário: Paulo Henrique Dalle Carbonare

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Secretário: Paulo Eduardo Oliveira de Barros

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Secretário: Marcio Ferreira

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO

Secretário: Celso Augusto Sant Anna

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Secretária: Angela Conceição Oliveira Pompeu

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

A Equipe Técnica Municipal (ETM) é constituída da seguinte forma:

- 04 Integrantes do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa (IPLAN)
- 02 Integrantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento
- 02 Integrantes Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte
- 02 Integrantes Secretaria Municipal de Meio Ambiente
- 02 Integrantes Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação profissional
- 02 Integrantes Companhia de Habitação de Ponta Grossa - Prolar

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO

A Equipe Técnica de Apoio (ETA) é constituída da seguinte forma:

- 02 representantes da Administração e Recursos Humanos
- 02 representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- 02 representantes da Secretaria Municipal de Políticas Públicas e Sociais
- 02 representantes da Secretaria Municipal de Cidadania e segurança Pública
- 02 representantes da Secretaria Municipal de Educação
- 02 representantes da Secretaria Municipal da Fazenda
- 02 representantes da Secretaria Municipal de Governo
- 02 representantes da Secretaria Municipal de Saúde
- 02 representantes da Secretaria Municipal de Serviços Públicos
- 02 representantes da Fundação Municipal de Cultura
- 02 representantes da Fundação Municipal de Turismo (Fumtur)
- 02 representantes da Fundação de Esportes
- 02 representantes da Companhia Pontagrossense de Serviços (CPS)
- 02 representantes da Agência de Fomento Econômico de Ponta Grossa (AFEPON)

EQUIPE TÉCNICA URBTEC™

Coordenadora Geral: Arquiteta e Urbanista

Izabel Neves da Silva Cunha Borges

Coordenador Geral Executivo: Engenheiro Civil

Gustavo Taniguchi

Coordenadora Técnica do Plano Diretor: Arquiteta Urbanista

Zulma das Graças Lucena Schussel

Coordenadora Técnica Adjunta: Arquiteta e Urbanista

Tami Szuchman

Administradora

Mari Ligia Carvalho Leão

Advogada

Luciane Leiria Taniguchi

Advogado

Claudio Marcelo Rodrigues Iarema

Arquiteta e Urbanista

Jussara Maria da Silva

Arquiteto e Urbanista

Leonardo Fernandes de Campos

Cientista Social

Sigrid de Mendonça Andersen

Economista

Mariano de Matos Macedo

Engenheiro Ambiental

Altair Rosa

Engenheira Civil

Vanessa Fontana Godoi

Engenheiro Civil

Tiago Otto Martins

Engenheira Civil

Patrícia Schipitoski Monteiro

Geógrafo

Augusto dos Santos Pereira

APRESENTAÇÃO

Esse documento tem o objetivo de apresentar o Plano de Trabalho para Revisão do Plano Diretor Municipal de Ponta Grossa em cumprimento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2018, firmado entre a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e a empresa URBTEC™.

Atende as diretrizes formuladas pelo Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação, elaborado pela Prefeitura Municipal.

Apresenta a metodologia a ser adotada para o PDM-PG – Ponta Grossa, assim como a descrição das atividades referentes ao desenvolvimento dos trabalhos e à organização do processo de mobilização da sociedade.

Este documento diz respeito apenas à elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ponta Grossa (PDM–PG), uma vez que o Plano de Mobilidade de Ponta Grossa (PlanMob-PG) é abordado em relatório específico.

Ponta Grossa, abril de 2018.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA	11
2 EQUIPE TÉCNICA URBTEC™	16
3 METODOLOGIA DE TRABALHO	21
3.1 1ª FASE – PLANO DE TRABALHO.....	21
3.2 2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA PARA REVISÃO DO PDM-PG.....	25
3.3 3ª FASE – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA O PDM-PG	40
3.4 4ª FASE – PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM-PG.....	43
3.5 DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS DE CADA FASE E SEUS PRODUTOS.....	44
4 PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	48
4.1 SENSIBILIZAÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE.....	53
5 FLUXOGRAMA	66
6 CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES E DOS EVENTOS	68
REFERÊNCIAS	76
ANEXOS	77
6.1 ANEXO 1.....	77

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Ponta Grossa	11
Figura 2 – Rede de Cidades Mesorregião Centro Oriental	12
Figura 3– Infraestrutura Viária	14
Figura 4 - Fases do Processo de elaboração do PDM-PG Ponta Grossa.....	21
Figura 5 - Organograma do PDM-PG	25
Figura 6 – Elaboração de Cenários	36
Figura 7- Modelo de tabelas CDP	38
Figura 8 - Tabela Síntese CDP	41
Figura 9 - Modelo de ficha para Plano de Ações	43
Figura 10 - Roteiro da atividade	55
Figura 11 – Fluxograma das oficinas de leitura técnica	56
Figura 12- Fluxograma das oficinas de leitura comunitária	57
Figura 13 - Roteiro da 1ª atividade: mapa falante	59
Figura 14 - Roteiro da 2ª atividade: plenária	60

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Aspectos socioeconômicos e inserção regional	26
Quadro 2- Uso e ocupação do solo urbano e rural	27
Quadro 3- Patrimônio histórico, cultural e turismo	28
Quadro 4 - Mobilidade e acessibilidade	28
Quadro 5- Infraestrutura e equipamentos comunitários.....	29
Quadro 6 - Aspectos fundiários e habitação	32
Quadro 7 – Aspectos ambientais.....	32
Quadro 8 - Capacidade de investimentos municipal.....	33
Quadro 9 - Estrutura de gestão e aspectos legais	34
Quadro 10 - Detalhamento das Atividades Técnicas da 1ª Fase e seus produtos	45
Quadro 11 – Detalhamento das Atividades Técnicas da 2ª Fase e seus produtos	45
Quadro 12– Detalhamento das Atividades Técnicas da 3ª Fase e seus produtos	46
Quadro 13 - Detalhamento das Atividades Técnicas da 4ª Fase e seus produtos	46
Quadro 14 - Detalhamento das Atividades Técnicas da 5ª Fase e seus produtos	47
Quadro 15 - Detalhamento das Atividades do Processo de Mobilização	49

1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

O Município de Ponta Grossa situa-se na região Centro Oriental do Estado do Paraná, na região dos Campos Gerais. Limita-se ao norte com o município de Castro e Carambeí; ao sul com Palmeira e Teixeira Soares; à oeste com Tibagi e Ipiranga; e à leste com Campo Largo. Tem como coordenadas geográficas a Latitude S 25° 05' 42'' e Longitude WGR - 50° 09' 43''.

Segundo o IPARDES (2015), o município de Ponta Grossa se configura como o polo da microrregião de Ponta Grossa, destacando-se entre os demais 14 municípios por sua dimensão populacional e seu elevado grau de influência.

Figura 1 - Localização do município de Ponta Grossa

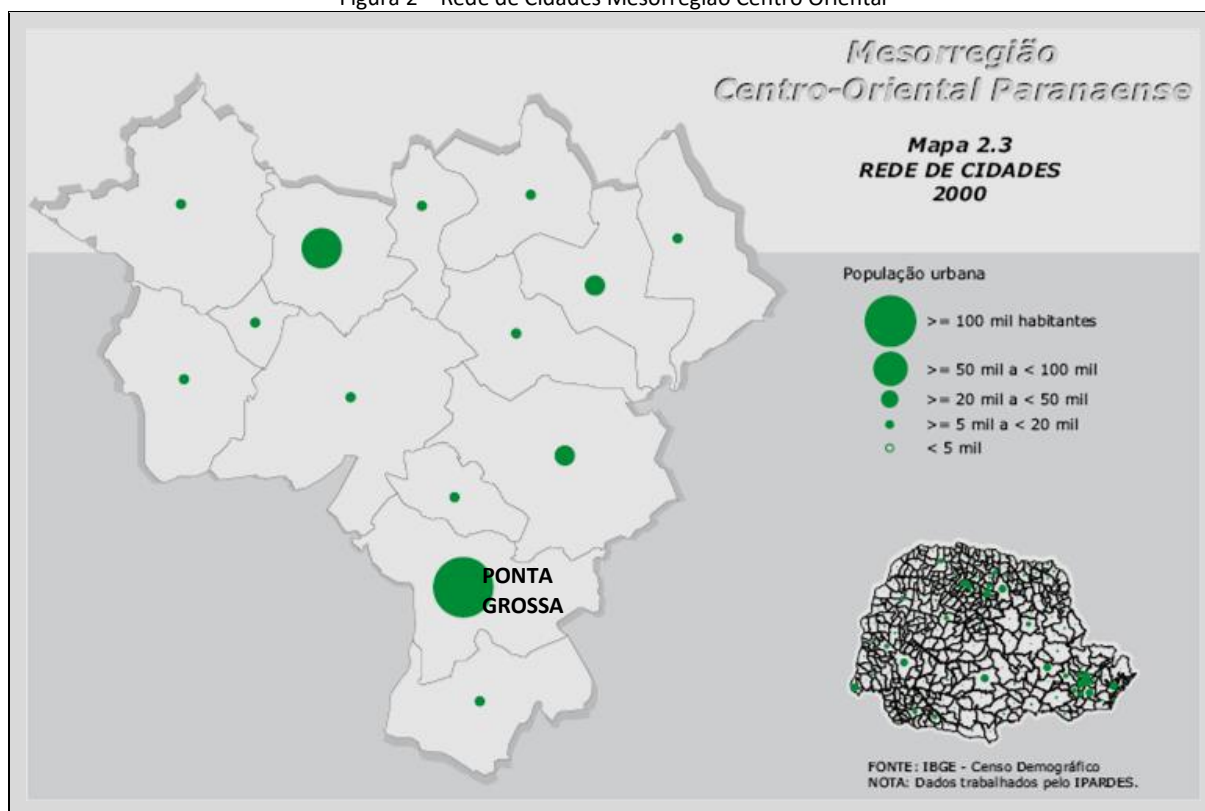


De acordo com o Plano Diretor Participativo de Ponta Grossa (2006), o município possui uma área de 2.025.697 km², sendo 917,2 km² em área urbana (47,4% da área total) e

1.195,4 km² em área rural (52,6% da área total). É composto por cinco Distritos Administrativos: Sede Municipal, Guaragi, Itaiacoca, Piriquitos e Uvaia.

Ainda de acordo com o Ipardes, a mesorregião Centro Oriental, onde situa-se Ponta Grossa, é uma das 10 mesorregiões do Paraná e constitui-se de 14 municípios: Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Jaguaraíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Reserva, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania, sendo que Ponta Grossa é o maior deles em população, como indica a figura abaixo.

Figura 2 – Rede de Cidades Mesorregião Centro Oriental



Fonte: IPARDES/2010

Em 2017, Ponta Grossa concentrava uma população de 344.332 habitantes, segundo projeções do IPARDES, sendo que desse total, 98% residiam em área urbana e apenas 2% na área rural do município.

No que se refere às condições socioeconômicas, de acordo com o IPARDES, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, calculado com dados de 2010, resultou em

0,763, considerado alto, em relação aos demais municípios brasileiros (320º), sendo superior à média paranaense (0,749) e à média brasileira (0,727)¹. Entre os fatores considerados para a medição do IDH, (educação, longevidade e renda), o que mais pesa para Ponta Grossa é a longevidade (0,837).

No que diz respeito à renda, o Índice de Gini² da Renda Domiciliar Per Capita - 2010, era 0,5437, o que demonstra que a desigualdade entre os mais ricos e mais pobres permanece alta, enquanto a Renda Média Domiciliar Per Capita – 2010, segundo IPARDES, é de R\$ 862,43, superior ao salário mínimo na época da medição (R\$ 510,00).

Quanto aos aspectos econômicos, em 2016 Ponta Grossa apresentava, no setor de atividades de serviços, aproximadamente 49,81% do total de empregos formais existente no município. Enquanto isso, o setor industrial absorvia 20,03%, as atividades de comércio locavam 27,65% e apenas 2,51% dos empregados se encontravam na agropecuária (IPARDES, 2018 p.20).

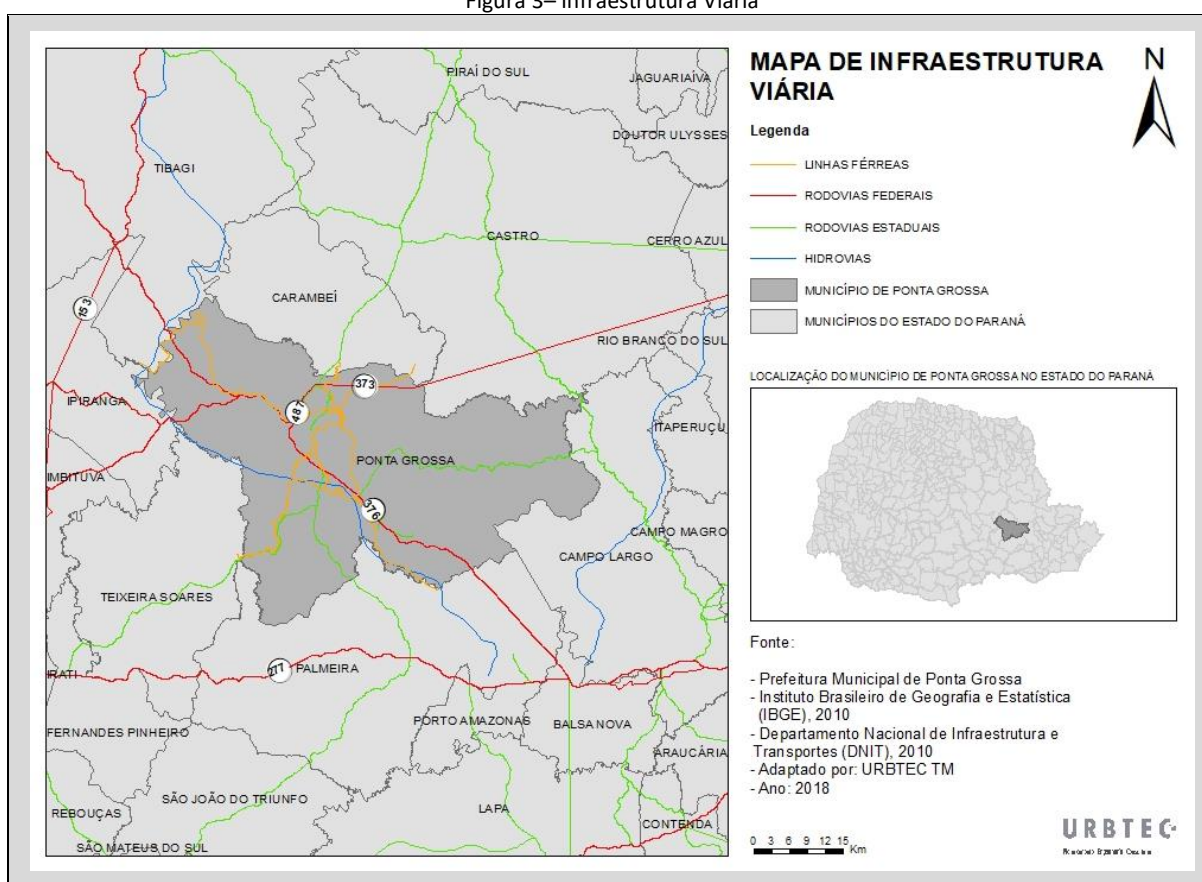
De acordo com o IBGE, quanto ao PIB per Capita, Ponta Grossa apresentava R\$ 34.942,00 em 2015, superior ao do Estado do Paraná (R\$ 33.769,00) e ao do Brasil (R\$ 29.326,00) para o mesmo ano. Com isso, o município de Ponta Grossa ocupa a 74ª no ranking nacional e 7º no ranking estadual de municípios.

¹ Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso: abril/ 2018.

² Segundo o IparDES, o IG mede o grau de concentração da distribuição de renda domiciliar per capita de uma determinada população em um determinado espaço geográfico. Quando o índice tem valor igual a um (1), existe perfeita desigualdade, isto é, a renda domiciliar per capita é totalmente apropriada por um único indivíduo. Quando ele tem valor igual à zero (0), tem-se perfeita igualdade, isto é, a renda é distribuída na mesma proporção para todos os domicílios. Quanto mais próximo da unidade, maior a desigualdade na distribuição de renda

Segundo IPARDES (2004), Ponta Grossa é o mais importante ponto de convergência dos fluxos provenientes das diversas mesorregiões paranaenses, onde é absorvido previamente todo o fluxo de veículos antes do acesso a Curitiba. Ponta Grossa, e não a capital, devido à localização geográfica, abriga, portanto, a função de centro distribuidor no que diz respeito à circulação viária estadual. Essa função é exercida através de um sistema composto pelas rodovias BR-376, BR-373 e PR-151.

Figura 3– Infraestrutura Viária



Ponta Grossa é um dos mais importantes entroncamentos de ferrovias do Sul do Brasil, passando pelos ramais ferroviários do Município grande parte da produção agrícola destinada ao Porto de Paranaguá para exportação.

O sistema ferroviário, que cerca totalmente a cidade formando um perfeito anel, é constituído pela Rede Ferroviária Federal S/A, com suas linhas em direção ao Porto de

Paranaguá, a Curitiba e ao sul do país, bem como a Estrada de Ferro Central do Paraná, que faz ligação com o Norte do Estado, através de Apucarana.

Do ponto de vista do transporte aeroviário, o Aeroporto Sant'Ana, que serve a Ponta Grossa, está localizado a 10 km do centro da cidade com acesso por via asfáltica (Rodovia Ponta Grossa - Palmeira). Trata-se de um aeroporto homologado pelo Departamento de Aeronáutica Civil, que possui pista pavimentada em condições de receber aviões de pequeno e médio porte, que fazem o transporte principalmente dos executivos de empresas aqui sediadas.

No que se refere ao ensino superior, Ponta Grossa agrega um grande número de estabelecimentos, demonstrando a forte polarização que exerce na atividade.

Quanto à infra-estrutura de saneamento na área urbana, Ponta Grossa apresenta mais de 99% dos domicílios atendidos com abastecimento de água pela rede geral. No que diz respeito ao esgotamento sanitário, igualmente a rede de esgotamento sanitário cobre mais que 99% dos domicílios, enquanto a cobertura por coleta de lixo, conta com um percentual atendido dos domicílios entre 97% e 99%. (IPARDES, 2018 p.11).

Do ponto de vista do desenho urbano, a situação da cidade é muito condicionada ao seu relevo, que propiciou o adensamento nos espigões e, por consequência, o zoneamento urbano liberou a verticalização dessas áreas, ainda segundo documento preliminar na revisão do PDM - PG (2016).

O sistema viário tem grande influência sobre a paisagem urbana, na medida em que define uma das principais características de Ponta Grossa. Ele estrutura a paisagem da cidade, pois é ao longo das grandes vias de circulação que estão concentrados os serviços e o comércio. A tendência destes eixos, considerando seus parâmetros urbanísticos, é o adensamento construtivo, como uma forma de otimização da infraestrutura instalada.

De modo geral, a paisagem configura-se estruturada pelos eixos viários, pela mescla entre construções de grandes alturas, distribuídas de forma mais concentrada na área central e em seu entorno, e o grande número de construções baixas como plano de fundo.

2 EQUIPE TÉCNICA URBTEC™

A seguir é listada a equipe técnica da empresa URBTEC™, consultora responsável pela Revisão do Plano Diretor Municipal da Cidade de Ponta Grossa/PR.

Coordenadora Geral: Arquiteta e Urbanista – Izabel Neves da Silva Cunha Borges

Arquiteta e Urbanista formado pela Universidade Federal de Brasília (1979), possui Mestrado em Planejamento Urbano pela *University of Virginia* (1982), Especialização em Transportes pela Universidade Federal de Brasília (1990). Tem ampla experiência na execução e coordenação de Projetos de Planejamento Urbano, Regional e Metropolitano, Sistemas de Transporte Metropolitano e Regional, obtenção de financiamentos para Projetos de Infraestrutura, Planos Diretores Municipais, Regionais e Metropolitanos, Projetos de Transporte Multimodal, Planos de Desenvolvimento Social e Econômico, Planos Integrados de Desenvolvimento Regional e Metropolitano.

Coordenador Geral Executivo: Engenheiro Civil – Gustavo Taniguchi

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (1996) e Mestrado em Gestão Urbana - Pontifícia Universidade Católica do PR (2007). Trabalha na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Projetos de Transportes Urbanos, Mobilidade e Sistemas de Passageiros, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, planejamento metropolitano, desenvolvimento urbano e regional, planos de mobilidade, transporte e urbanização.

Coordenadora Técnica do Plano Diretor: Arquiteta Urbanista – Zulma das Graças Lucena Schussel

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (1974), D.E.A. em Sócio- Economia do Desenvolvimento - Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne) (1982) e doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2006). Foi Professora Titular do Programa de Pós Graduação em Gestão Urbana da Linha de Pesquisa em Gestão Ambiental e Sustentabilidade e do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná entre 2000 e 2016, onde desenvolveu pesquisas sobre impactos da mudança climática nos espaços urbanos e adaptação das cidades às variações climáticas. Trabalha na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Sustentabilidade Urbana, Técnicas de Planejamento e Projeto Urbanos e Regionais, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, planejamento metropolitano, meio ambiente e urbanização, planejamento ambiental de cidades, processo de metropolização.

Coordenadora Técnica Adjunta: Arquiteta e Urbanista - Tami Szuchman

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR (1993), mestrado e doutorado em Gestão Urbana pela PUC/PR (2007), responsável técnica da empresa URBTEC™ e Professora titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Positivo. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento local e regional e parques urbanos.

Administradora: Mari Ligia Carvalho Leão

Possui Graduação em Administração de Empresas pela Faculdade de Educação Superior do Paraná (1988) e Pós-Graduação em Recursos Humanos pela Universidade Tuiuti do Paraná (1999). Atuou na área de administração nos segmentos públicos e privados.

Advogada: Luciane Leiria Taniguchi

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR (1997), Especialização em Direito Tributário e Processo Tributário pela PUC/PR (1999) e Pós-Graduação MBA em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2003). Atua na área de direito público, administrativo e tributário.

Advogado: Claudio Marcelo R. Iarema

Possui graduação em Direito pela Universidade Tuiuti do Paraná (2004), Especialização em Processo Civil pelo Instituto Romeu Felipe Bacelar (2008). Atua na área de direito público, administrativo e tributário.

Arquiteta e Urbanista: Jussara Maria da Silva

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1983), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2001), Doutorado em Engenharia Civil pela UFSC (2008) e Pós-Doutorado no Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (2013-2014). Atualmente é professora titular da Universidade Positivo. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projeto do Espaço Urbano, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano, planejamento urbano, Estatuto da Cidade, plano diretor municipal.

Economista: Mariano de Matos Macedo

Possui Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1975) e Doutorado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (1988). No IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), exerceu o cargo de Diretor de Políticas Sociais (1996 – 1999). No IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), exerceu os cargos de Diretor Presidente (1991-1994) e de Coordenador Técnico (1984 – 1986). Foi Coordenador da Área de Estudos Socioeconômicos da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC (1982 – 1983). Docente da

UFPR, desde 1980, atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano dessa universidade.

Engenheiro Ambiental: Altair Rosa

Possui Graduação em Engenharia Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR (2004), Mestrado em Gestão Urbana pela PUC/PR (2007) e Doutorado em Engenharia Hidráulica e Saneamento pela Universidade de São Paulo – USP (2016). Atualmente é colaborador em projetos na USP e professor da PUC/PR. Tem experiência em engenharia ambiental, planejamento urbano e planejamento ambiental.

Cientista Social: Sigrid de Mendonça Andersen

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1980) e doutorado em Geografia Ambiental (Ciências) pela Universidade de Aberdeen, Escócia (2005). Três anos de pesquisa do doutorado foram realizados na Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), no Chile. Tem especialização em Gestão e Avaliação de Impactos Ambientais pela Universidade de Aberdeen e curso de aperfeiçoamento em Políticas, Legislação e Instituições Ambientais na América Latina (FARN/CEE), em Buenos Aires. Aperfeiçoou-se em planejamento ambiental e territorial em instituições governamentais de Berlim e Hamburgo, na Alemanha como bolsista da Carl Duisberg Gesellschaft (CDG). Tem experiência na área de geopolítica e meio ambiente, planejamento e gestão ambiental, políticas públicas ambientais e análise de Impactos ambientais com trabalhos desenvolvidos no Brasil e nos países da Bacia hidrográfica do Prata. É integrante da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e da Associação Universitária Grupo Montevideu (AUGM). Atualmente é Professora Associada do curso de engenharia Ambiental da UFPR e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da UFPR.

Engenheira Civil: Vanessa Fontana Godoi

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (2007). Tem experiência Modelagem Computacional, pesquisas de trânsito e transporte e sistemas de informação.

Geógrafo: Augusto dos Santos Pereira

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2009), mestrado no programa de pós-graduação em Geografia pela UFPR (2013) e, atualmente, é doutorando no programa de pós-graduação em Geografia pela UFPR.

Engenheiro Civil: Tiago Otto Martins

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-graduação em Gestão de Projetos pela FAE Business School. Tem experiência Modelagem Computacional.

Engenheira Civil: Patrícia Schipitoski Monteiro

Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2006), pós-graduação em Engenharia de Planejamento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2008) e mestrado em Engenharia de Construção Civil pela UFPR (2017). Tem experiência na área de Engenharia Civil, com ênfase na área de Transportes, atuando principalmente em temas como modelagem de sistemas de transportes, nível de serviço, critérios de desempenho e transporte de passageiros

Arquiteto Urbanista: Leonardo Fernandes de Campos

Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Positivo (2017).

3 METODOLOGIA DE TRABALHO

Neste item, estão apresentadas as atividades e cronograma das fases do trabalho, com descrição da metodologia adotada e as responsabilidades de cada ator envolvido.

A metodologia adotada consiste na organização do trabalho em quatro fases, conforme definido no TR, as quais serão desenvolvidas de acordo com o detalhamento apresentado neste documento.

Figura 4 - Fases do Processo de elaboração do PDM-PG Ponta Grossa



Fonte: URBTEC™ (2018)

3.1 1ª FASE – PLANO DE TRABALHO

Esta fase está contemplada neste documento - Plano de Trabalho e apresenta a proposta metodológica para todas as fases da elaboração do PDM-PG, assim como o detalhamento das atividades de mobilização da população para sua efetiva participação no processo.

3.1.1 ORGANOGRAMA DO TRABALHO

O processo de revisão do PDM-Ponta Grossa está estruturado por meio de instâncias de participação (grupos de trabalho e decisão). As instâncias são organizadas a partir da formação de grupos internos e externos à prefeitura e representam diferentes interesses, afinidades técnicas ou políticas.

Desse modo, as instâncias de participação são formadas pela Equipe Técnica Municipal - ETM; Conselho Municipal da Cidade – CMC e Grupo de Acompanhamento – GA. Estas instâncias possuem representantes do poder público, de segmentos organizados, de moradores distribuídos a partir do local de moradia na cidade (Bairros e Distritos). Além destes, a participação se faz aberta a outros atores, como o Ministério Público e Câmara de Vereadores, de forma a permitir a fiscalização sobre o andamento do Plano.

A **COORDENAÇÃO GERAL** formada pelo IPLAN possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Gestão Técnica e Política da revisão do Plano Diretor;
- Acompanhar todas as etapas;
- Participar do processo participativo;
- Mobilizar politicamente atores internos e externos à prefeitura;
- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido.

A **EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL** formada por técnicos de diversas secretarias municipais possui as seguintes atribuições, entre outras:

- Fiscalizar o processo de elaboração do Plano Diretor Municipal;
- Disponibilizar informações e documentos;
- Contribuir para visão intersetorial da revisão do plano;
- Participar de reuniões técnicas e eventos participativos;
- Mobilizar atores internos e externos;
- Acompanhar todas as etapas da revisão do plano;

- Participar de reuniões técnicas e eventos participativos;
- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- Zelar pelo cumprimento do termo de referência.

A **EQUIPE TÉCNICA DE APOIO** formada por técnicos de diversas secretarias municipais possui as seguintes atribuições, entre outras:

- Disponibilizar informações e documentos solicitados pela ETM e pela consultoria;
- Contribuir para visão intersetorial da revisão do Plano Diretor Municipal;
- Participar de reuniões técnicas e eventos participativos quando convocados;
- Mobilizar atores internos e externos;
- Avaliar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido sempre que entender necessário ou quando for solicitado;
- Acompanhar o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal contribuindo com sugestões, críticas e correções quando julgarem pertinentes.

Com relação aos segmentos da sociedade civil, as instâncias são formadas pelo **CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE**, que tem como funções, dentre outros:

- Participar efetivamente de todas as reuniões de discussão da elaboração da revisão do Plano, sempre que houver convocação;
- Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos;
- Acompanhar e qualificar as discussões referentes à elaboração da revisão do Plano Diretor;
- Mobilizar atores da sociedade civil para participar dos momentos participativos do Plano Diretor;
- Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas de revisão;
- Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;

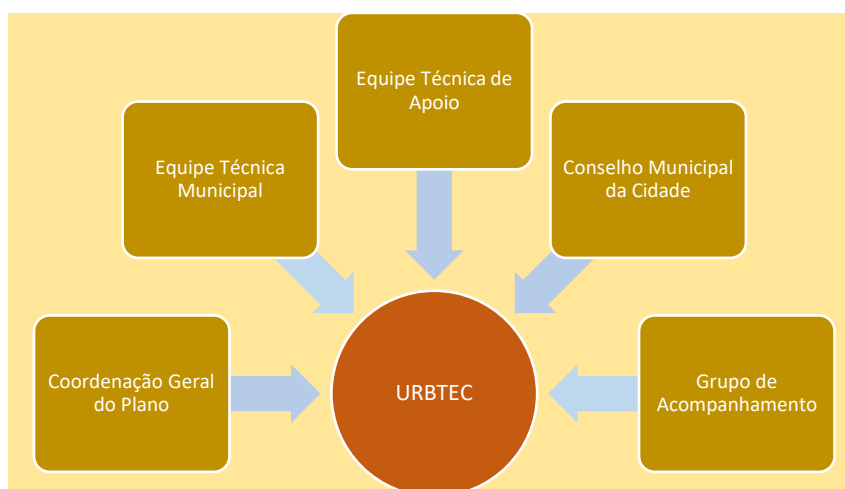
- Participar dos espaços participativos;
- Avaliar, monitorar, propor ações e sugerir mudanças em relação ao conteúdo técnico produzido;
- Acompanhar e fiscalizar as atividades de elaboração da revisão do Plano Diretor;
- Fomentar no município a divulgação de eventos de importância significativa na elaboração da revisão do Plano;
- Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito à participação democrática de representação da sociedade na elaboração do PDM.

Pelo **GRUPO DE ACOMPANHAMENTO** com as seguintes funções, dentre outros:

- Participar efetivamente das reuniões de discussão da revisão sempre que houver convocação;
- Assegurar a publicidade quanto ao cronograma de atividades, aos documentos e informações produzidos;
- Acompanhar e qualificar as discussões referentes à revisão do Plano Diretor;
- Mobilizar atores da sociedade civil para participar dos momentos participativos do Plano Diretor;
- Informar os segmentos da sociedade civil sobre as propostas apresentadas;
- Construir pautas, propostas e apresentar as críticas oriundas da sociedade civil acerca do processo de revisão;
- Participar dos espaços participativos;
- Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito à participação democrática de representação da sociedade na elaboração do PDM.

A **EQUIPE DA URBTEC™** terá como função executar a Revisão do PDM-PG, respondendo aos demais componentes do organograma.

Figura 5 - Organograma do PDM-PG



Fonte: URBTEC™ (2018)

3.2 2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA PARA REVISÃO DO PDM-PG

A 2ª Fase tem por objetivo traçar o diagnóstico atual do município a partir de material já produzido pela prefeitura, órgãos públicos e por instituições de pesquisa. O resultado dessa fase é a sistematização de todas as informações coletadas e seu cruzamento, gerando dessa forma, as condições para estimar suas perspectivas futuras.

As informações serão agrupadas em nove temas principais, para otimizar sua organização e sistematização, de acordo com a lista abaixo:

- a. Aspectos socioeconômicos e inserção regional;
- b. Uso e ocupação do solo urbano e rural;
- c. Patrimônio histórico, cultural e turismo;
- d. Mobilidade e acessibilidade;
- e. Infraestrutura e equipamentos comunitários;
- f. Aspectos fundiários e habitação;
- g. Aspectos ambientais;
- h. Capacidade de investimentos municipal;
- i. Estrutura de gestão e aspectos legais.

3.2.1 PARTE 1 – REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO (ITENS 3.4.1 À 3.4.9 DO TR)

A leitura técnica da realidade atual do município será realizada a partir de pesquisas sobre o município, de acordo com a sequência de temas relacionados, nos quadros de 1 a 9. Serão também utilizadas as informações existentes do levantamento anterior (2016) do PDM-PG.

Quadro 1 – Aspectos socioeconômicos e inserção regional

Tema: Aspectos socioeconômicos e regional	Detalhamento	Informações Necessárias	Principais Fonte das Informações
Vocação e potencial estratégico dentro da região e principais fatores que concorrem para o desenvolvimento municipal	Principais atividades econômicas da região e a situação de Ponta Grossa em relação à rede de cidades paranaense. Comparação do Valor Adicionado regional com as demais regiões do Estado e o de Ponta Grossa com os demais municípios da região. Comparação do IDH-M dos municípios da região com os demais do Estado e o de Ponta Grossa com os demais municípios da região.	Dados econômicos regionais: Valor Adicionado Municipal por Setor Econômico entre 2010 e 2018. IDH-Municipal	IBGE IPARDES Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.
Avaliação de dados referentes à população, dos últimos 10 anos.	Taxa de crescimento, evolução do crescimento, densidade demográfica, migração, condições de saúde e educação, escolaridade, oferta de emprego, renda, consumo de água e energia.	Dados Censitários do IBGE.	IBGE IPARDES Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Emater, Copel, Sanepar, IAP, Águas Paraná, ITCG.
Caracterização da estrutura produtiva	Situação dos setores primário, secundário e terciário da economia. Perfil produtivo, potencial produtivo (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo)	Dados estatísticos sobre a produção dos setores e sua participação no PIB e no Valor Adicionado Municipal	IBGE IPARDES Prefeitura Municipal de Ponta Grossa,
Caracterização da distribuição dos empregos	Situação dos setores primário, secundário e terciário na formação do emprego municipal	Número de empresas por setor com o número de empregos	Emater, Copel, Sanepar,

Potencial e localização das atividades produtivas segundo setores		Localização das atividades produtivas (empresas) segundo setor	IAP, Águas Paraná, ITCG.
Áreas de influência e relações com municípios vizinhos	Trocas comerciais entre os municípios limítrofes		

Fonte: URBTEC™ (2018)

Quadro 2- Uso e ocupação do solo urbano e rural

Tema: Uso e ocupação do solo urbano e rural	Detalhamento	Informações Necessárias	Fonte das Informações
Evolução urbana, uso do solo urbano e demanda por solo urbano atual e para os próximos dez anos, identificando os principais entraves espaciais existentes.	A partir dos setores censitários – evolução da ocupação e densidades. Aprovação de loteamentos por década, com tipologia de tamanho de lotes. Manchas de ocupação da área rural (foto aérea ou imagem quando disponível).	Informações Censitárias do IBGE. Fotos aéreas – manchas de ocupação. Relação e localização dos loteamentos aprovados por ano de aprovação.	IBGE Prefeitura Municipal
Tipologia de uso e ocupação do solo nas áreas de expansão urbana e rurais.	Mapa identificando: Tipologia de uso e ocupação do solo atual Tipologia habitacional – concentração de conjuntos habitacionais, condomínios fechados horizontais, áreas com densidade vertical. Atividades econômicas: distritos industriais, grandes equipamentos comerciais e de serviços Atividades culturais – universidades, institutos de pesquisa.	Cadastro técnico municipal Cadastro municipal das atividades econômicas Localização dos equipamentos públicos	IBGE Prefeitura Municipal
Identificação de áreas enfatizando a relação da densidade construtiva e da densidade demográfica com a capacidade de suporte da	Mapeamento para subsidiar a análise da legislação do uso do solo vigente. Além de identificar os possíveis conflitos de uso existentes. Atividades econômicas predominantes, inclusive as informais, atividades em expansão em termos de nº de	Cadastro municipal das atividades econômicas.	IBGE Prefeitura Municipal

infraestrutura urbana (áreas com infraestrutura ociosa e áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura.	empregos e de empresas e de sua participação na composição da receita municipal. Identificação dos vazios urbanos com infraestrutura implantada. Assim como as áreas ocupadas com carência de infraestrutura.	Base cartográfica fornecida pela Prefeitura Municipal.	
---	---	--	--

Fonte: URBTEC™ (2018)

Quadro 3- Patrimônio histórico, cultural e turismo

Tema: Patrimônio histórico, cultural e turismo	Detalhamento	Informações Necessárias	Fonte das Informações
Patrimônio material	Levantamento e atualização, do patrimônio arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas municipais	Levantamento dos estudos e pesquisas realizados sobre o tema, assim como da legislação pertinente.	Prefeitura Municipal Secretaria de Estado da Cultura.
Patrimônio imaterial	Levantamento das práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).	Levantamento dos estudos e pesquisas realizados sobre o tema, assim como da legislação pertinente.	Prefeitura Municipal Secretaria de Estado da Cultura.
Equipamentos culturais	Localização e capacidade dos estabelecimentos Entidade mantenedora Preservação de bens culturais Programas existentes.	Informações das instituições voltadas ao atendimento da cultura.	Prefeitura Municipal
Caracterização do potencial turístico do município, incluindo os recursos naturais.	Levantamento dos potenciais turísticos municipais	Inventário Turístico Municipal (se houver, ou informações da Secretaria de Turismo no Município)	Prefeitura Municipal Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.

Fonte: URBTEC™ (2018)

Quadro 4 - Mobilidade e acessibilidade

Tema: Mobilidade e acessibilidade	Detalhamento	Informações Necessárias	Fonte das Informações
-----------------------------------	--------------	-------------------------	-----------------------

<p>Sistema viário e transporte coletivo</p>	<p>Aspectos institucionais do transporte público – (regulamentação institucional do sistema de transportes de passageiros) Legislação relativa à hierarquia Viária Dimensionamento da frota de ônibus Dimensionamento da demanda por linha Transporte escolar Terminais de transportes Estruturação viária municipal: rodoviária e urbana Levantamento das condições de acessibilidade universal da população: calçadas de pedestres, travessias, sinalização de vias, entre outros. Levantamento dos projetos existentes e em execução.</p>	<p>Localização das linhas de transportes coletivos municipais Mapeamento das linhas de transportes intermunicipais e interestaduais Mapeamento das linhas de transportes escolares. Mapeamento dos terminais de transportes Largura das caixas de via das principais ruas da cidade e perfis de vias Mapeamento das estradas municipais Localização de áreas de maior incidência de acidentes de trânsito e polos geradores de tráfego. Quantificação da frota de veículos: ônibus, automóveis, motocicletas.</p>	<p>Prefeitura Municipal Empresas Concessionárias de transportes públicos. Corpo de Bombeiros</p>
---	--	--	--

Fonte: URBTEC™ (2018)

Quadro 5- Infraestrutura e equipamentos comunitários

TEMA: Infraestrutura e equipamentos comunitários	DETALHAMENTO	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS	FONTE DAS INFORMAÇÕES
<p>Saneamento ambiental: Abastecimento de água:</p>	<p>Indicadores de abastecimento de água.</p>	<p>Número de domicílios atendidos.</p>	<p>SANEPAR; Prefeitura Municipal de Ponta Grossa</p>
<p>Esgotamento sanitário:</p>	<p>Indicadores da coleta e tratamento do esgoto.</p>	<p>Localização das áreas atendidas pela rede de coleta de esgotos. Localização da estação de tratamento.</p>	<p>SANEPAR; Prefeitura Municipal de Ponta Grossa</p>
<p>Drenagem urbana</p>	<p>Área atendida pela rede de galerias pluviais</p>	<p>Localização das áreas atendidas pelas galerias de águas pluviais.</p>	<p>Prefeitura Municipal de Ponta Grossa</p>

TEMA: Infraestrutura e equipamentos comunitários	DETALHAMENTO	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS	FONTE DAS INFORMAÇÕES
		Possíveis áreas de alagamento.	
Coleta e Tratamento dos Resíduos Sólidos:	Indicadores da coleta de lixo Existência ou não de programa de coleta seletiva (volume coletado, destino e participação da comunidade).	Localização da área atendida pelo serviço de coleta de lixo Localização do local do Aterro Sanitário e da rota de coleta.	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Limpeza Pública:	Área Atendida pela varrição de rua.	Localização da área atendida pelo serviço de varrição de rua	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Energia elétrica e iluminação pública	Número de consumidores residenciais, comerciais e industriais. Consumo residencial, comercial e industrial.	Informações sobre consumo e consumidores de energia elétrica.	COPEL Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Telecomunicações	Caracterização da situação do atendimento no município na área urbana e rural Jornal, Rádio e Televisão.	Principais meios de Comunicação em Ponta Grossa	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Serviço Funerário:	Localização do cemitério; Capacidade e demanda; Condições ambientais do cemitério.	Informações da instituição responsável pelo serviço funerário	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Segurança Pública:	Delegacia / Posto policial; Corpo de bombeiros; Efetivo (polícia civil / polícia militar); Áreas atendidas.	Informações da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Prefeitura Municipal.	Polícia Militar; Polícia Civil; Defesa Civil; Guarda Municipal (se houver).
Equipamentos Sociais Educação	Localização e capacidade dos estabelecimentos Oferta e demanda das vagas Equipamentos Entidade mantenedora Conservação e manutenção.	Informações das Instituições de ensino locais.	Prefeitura Municipal Secretaria Municipal da Educação
Assistência Social	Localização e capacidade dos estabelecimentos Entidade mantenedora Assistência a grupos especiais (menor, idoso, etc.) Assistência e formação de mão de obra	Informações das instituições de assistência social locais.	Prefeitura Municipal Secretaria Municipal da Assistência Social

TEMA: Infraestrutura e equipamentos comunitários	DETALHAMENTO	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS	FONTE DAS INFORMAÇÕES
	Iniciativas comunitárias		
Saúde	Localização e capacidade dos estabelecimentos Oferta e demanda de vagas Equipamentos Entidade mantenedora Conservação e manutenção Assistência médico-hospitalar Assistência odontológica Níveis gerais de saúde: natalidade/ mortalidade – taxas e causas	Informações das instituições de saúde local	Prefeitura Municipal Secretaria Municipal da Saúde
Abastecimento Alimentar	Equipamentos de atacado/matadouros Equipamentos de varejo / feiras, mercados	Informações da instituição responsável no município.	Prefeitura Municipal Secretaria Municipal da Infraestrutura

Fonte: URBTEC™ (2018)

Quadro 6 - Aspectos fundiários e habitação

Tema: Aspectos fundiários e habitação	Detalhamento	Informações Necessárias	Fonte das Informações
Análise da tipologia habitacional e da demanda	Política habitacional do município: estrutura institucional; Déficit habitacional; Produção de habitações populares (públicas e privadas) Programas habitacionais recentes; Legislação municipal sobre o assunto.	Localização dos conjuntos habitacionais e das áreas municipais destinadas à habitação popular.	Prefeitura Municipal
Identificação das áreas de ocupação irregular e clandestina, avaliando seu impacto ambiental e urbanístico.	Levantamento das ocupações irregulares: quantitativo e qualitativo. Políticas municipais de regularização fundiária.	Relação e localização das ocupações irregulares urbanas e rurais (se houver)	Prefeitura Municipal

Fonte: URBTEC™ (2018)

Quadro 7 – Aspectos ambientais

Tema: Aspectos ambientais	Mapas Temáticos	Informações Necessárias	Fonte das Informações
Identificação das condições de clima, geomorfologia, condicionantes, geotécnicos, declividades, hipsometria, vertentes, drenagem natural,	Mapa de relevo; Mapa de declividades; Mapa de hidrografia; Mapa de bacias hidrográficas; Mapa das áreas de preservação	Base cartográfica fornecida pela Prefeitura Municipal	Prefeitura Municipal, IAP, Águas do Paraná.
Levantamento do potencial ambiental municipal: unidades de conservação,			Prefeitura Municipal, IAP, Águas do Paraná.

Fonte: URBTEC™ (2018)

Quadro 8 - Capacidade de investimentos municipal

Tema: Capacidade de investimentos municipal	DETALHAMENTO	Informações Necessárias	Fonte das Informações
Estado atual de arrecadação própria do município, sua evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento).	Receitas Próprias Arrecadadas (Trib. Econ. Patr. Agro. Ind., Serv. e Outras); Transferências Correntes Arrecadadas (Transf. Legais e Constitucionais); Transferências de Capital Arrecadadas (Transf. de Convênios); Receita de Capital (Somente Operações de Créditos contratadas); Encargos + Amortizações (pagos); Despesa com Investimentos (realizadas com Recursos Próprios).	Informações sobre as finanças públicas municipais referentes ao último PPA.	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

Fonte: URBTEC™ (2018)

Quadro 9 - Estrutura de gestão e aspectos legais

TEMA: Estrutura de gestão e aspectos legais	DETALHAMENTO	INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS	FONTE DAS INFORMAÇÕES
Caracterização de unidades administrativas de estrutura da Prefeitura Municipal que se relacionam com a gestão do Plano Diretor Municipal	Lei Orgânica Municipal Situação atual da estrutura funcional da prefeitura.	Organograma funcional da prefeitura municipal com descrição; Leis sobre a estrutura administrativa municipal	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
Análise da legislação vigente no município (Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano) e leis (Perímetro Urbano, Expansão Urbana, Parcelamento do solo para fins urbanos, Uso e Ocupação do solo urbano, Sistema Viário, Códigos de Obras e Posturas, Lei de Procedimentos Administrativos).	Levantamento da evolução histórica da legislação urbana; Levantamento da evolução histórica do perímetro urbano dos distritos municipais; Levantamento dos principais conflitos jurídicos na aprovação de parcelamentos e edificações.	Legislação urbanística municipal existente.	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.
Análise inter-relacional da legislação federal, estadual e municipal pertinente.	Levantamento da legislação municipal existente.	Legislação municipal existente.	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.
Sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais).	Levantamento da situação dos cadastros municipais; Listagem atualizada do cadastro técnico municipal com informações sobre o número de unidades residenciais, comerciais e industriais e suas principais características relativas ao tamanho e tipo de construção.	Cadastro técnico municipal.	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

Fonte: URBTEC™ (2018)

3.2.2 PARTE 2 – ANÁLISES INTEGRADAS A PARTIR DO CRUZAMENTO DAS INFORMAÇÕES LEVANTADAS NA PARTE 1. (ITENS 3.4.10 À 3.4.15 DO TR)

O diagnóstico, segundo Célson Ferrari (2004), “é a fase do processo de planejamento que consiste em avaliar os problemas cujas causas são identificadas pela análise, julgando-os racionalmente, a fim de se saber como atuar, quando atuar e onde atuar”. Dessa avaliação resulta sempre:

- uma hierarquização dos problemas;
- uma compatibilização das soluções ou diretrizes propostas, entre si;
- uma avaliação da solução mais eficaz.

Avaliar a solução mais eficaz é buscar, dentre as soluções viáveis propostas, aquelas que indiquem um cenário futuro mais próximo do desejado pela população e mais compatível com o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, propõe-se sistematizar os resultados do diagnóstico que será realizado para o PDM-PG Ponta Grossa, de forma a indicar soluções que assimilem os princípios da sustentabilidade urbana sob a ótica do desenvolvimento econômico, social e espacial, garantindo o atingimento dos objetivos traçados no TR.

Propõe-se, para tal, a utilização de duas metodologias tradicionais de planejamento combinadas entre si, de forma a formular um quadro de referência para as tomadas de decisões dos gestores públicos sobre o futuro municipal:

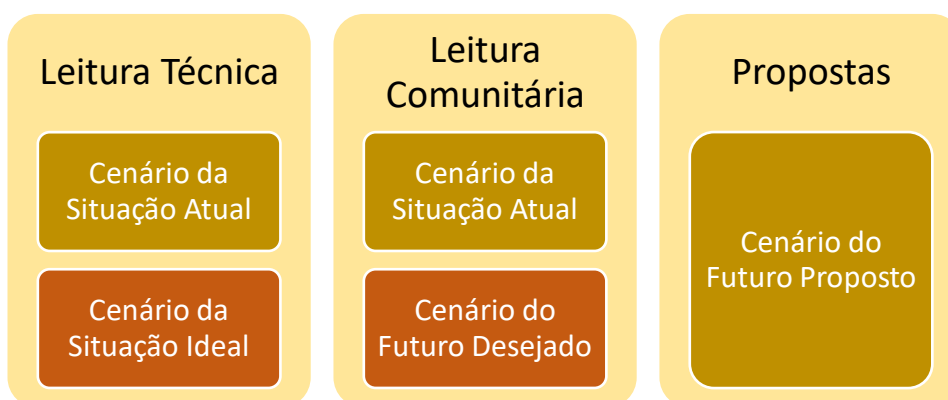
3.2.2.1 METODOLOGIA DE FORMULAÇÃO DE CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA O MUNICÍPIO

Essa metodologia será utilizada primeiramente de forma a permitir o estabelecimento de diretrizes e ações estratégicas para o seu desenvolvimento e gerar o quadro prospectivo para onde se pretende chegar com o PDM-PG.

Serão elaborados quatro cenários: o cenário do futuro ideal, o cenário da situação atual, o cenário do futuro desejado e o cenário do futuro proposto, cada um deles representando uma condição diferenciada da realidade (referentes à Capacidade de Suporte

Ambiental, Infraestrutura, Equipamento públicos e Mobilidade). O cenário do futuro ideal representa o que se persegue na sociedade em termos de qualidade de vida presente e futura; o cenário da situação atual refere-se ao diagnóstico da realidade municipal de Ponta Grossa; o cenário do futuro desejado é aquele almejado pela população e baseia-se nas consultas realizadas durante a Leitura Comunitária, apresentando um ranking dos problemas levantados pela população. O cenário do futuro proposto é o que visa conciliar o desejado e o ideal, resultado da pactuação coletiva sobre quais das propostas contidas no cenário ideal e no cenário do futuro desejado deverão estar incluídas no PDM-PG, tendo como horizonte o período 2018/2038.

Figura 6 – Elaboração de Cenários



Fonte: URBTEC™ (2018)

3.2.2.2 METODOLOGIA CDP – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

Essa metodologia representa um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultados de pesquisas e levantamentos, proporcionando uma apresentação compreensível, facilmente visualizável e compatível com a situação das áreas de interesse para o planejamento. Baseia-se em critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos de controle de resultados, evitando com isso os erros de uma simples eliminação de deficiências.

A classificação dos elementos da estrutura municipal segundo Condicionantes, Deficiências e Potencialidades atribui aos mesmos uma função dentro do processo de desenvolvimento do Município. Isto significa que as tendências de desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade.

Com base nas informações obtidas, podemos classificar os elementos de interesse para o planejamento em:

Condicionantes: elementos do ambiente urbano e natural ou planos e decisões existentes, com consequências futuras previsíveis no ambiente físico ou na estrutura urbana, que determinam a ocupação e o uso do espaço municipal, e que pelas suas características não podem ou não devem ser alterados.

Os condicionantes figuram como restrições, impedimentos, ou como aspectos a serem preservados, mantidos ou conservados, dependendo das peculiaridades dos diferentes condicionantes e das diferentes exigências locais. Exemplo disso são as características naturais do Município: rios, morros que não podem ser alterados, ou os aspectos antrópicos que fazem parte do patrimônio cultural da cidade.

Deficiências: São situações de caráter negativo que significam estrangulamentos de caráter qualitativo e quantitativo para o desenvolvimento do Município e da sua comunidade.

O caráter das Deficiências pode ser, entre outros:

- Técnico – carência/ inadequação da infraestrutura e equipamentos, etc.
- Natural – corpos d’água poluídos, desmatamentos, etc.
- Cultural – prédios históricos em decadência, etc.
- Legal – ausência ou inadequação de legislação urbanística, ocupações irregulares, etc.
- Financeiro – insuficiência de capacidade de endividamento, etc.
- Social – desemprego, analfabetismo, etc.
- Administrativo – falta de fiscalização, etc.
- Econômico – custo elevado de manutenção, etc.

Potencialidades: São os aspectos positivos do Município que, se bem explorados e/ou otimizados, poderão resultar em melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

O caráter das Potencialidades pode ser, entre outros:

- Técnico – infraestrutura e equipamentos com capacidade ociosa, etc.
- Natural – áreas propícias à urbanização, áreas com potencial paisagístico para o turismo, etc.
- Cultural – potencialidades para novas utilizações de prédios históricos, etc.
- Legal – terrenos públicos disponíveis, etc.
- Financeiro – capacidade de endividamento não utilizada, etc.
- Social – aproveitamento de iniciativas comunitárias, etc.
- Administrativo – possibilidade de melhor arrecadação do Município, etc.
- Econômico – recursos naturais possíveis de serem explorados, etc.

A classificação dos aspectos analisados nessas três categorias tem por objetivo identificar as prioridades de ação. Da mesma forma, as medidas podem ser classificadas em três grupos de demanda:

- Condicionantes: geram uma demanda de manutenção;
- Deficiências: geram uma demanda de recuperação e melhoria;
- Potencialidades: geram uma demanda de inovação.

A organização das informações é feita por meio de tabelas, com uma análise descritiva dos fatores encontrados quanto a sua relevância, como no modelo abaixo.

Figura 7- Modelo de tabelas CDP

	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Aspectos Ambientais			
Aspectos socioeconômicos			

	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
Aspectos de Infraestrutura			

OBS.: As linhas correspondem aos temas definidos anteriormente (9)

Fonte: URBTEC™ (2018)

Com a identificação dos C, D e P, será produzido um mapa de cada uma destas características na área urbana, sendo utilizadas as seguintes cores:

- Azul - condicionantes,
- Vermelho - deficiências e
- Amarelo - potencialidades.

As cores dos mapas foram determinadas levando-se em consideração a teoria das cores, estando os mapas isolados definidos como cores primárias, para que ao cruzar as informações, as cores também são “cruzadas”, produzindo desta forma cores secundárias. Os mapas são cruzados no intuito de identificar as áreas prioritárias de ação, apresentando os seguintes tipos de áreas:

- CDP – áreas em marrom, resultado do cruzamento do amarelo, vermelho e azul. Para estas áreas serão formuladas diretrizes de ações estratégicas para o desenvolvimento municipal uma vez que apresentam características a serem mantidas, problemas a serem resolvidos e potencialidades a serem aproveitadas.

- CD – áreas em roxo, resultado do cruzamento do azul com vermelho. Para estas áreas serão formuladas diretrizes para o atendimento da demanda, pois se leva em consideração características a serem mantidas e deficiências a serem sanadas.
- CP – áreas em verde, resultado do cruzamento do azul com o amarelo. Para estas áreas serão formuladas diretrizes para o atendimento de uma situação a ser mantida e uma potencialidade a ser aproveitada;
- DP – áreas em laranja, pois se trata do resultado do cruzamento do vermelho com o amarelo. Para estas áreas serão formuladas diretrizes para o atendimento de uma deficiência a ser solucionada e uma potencialidade a ser aproveitada.
- Alguns locais podem não ter nenhum tipo de cruzamento, se caracterizando apenas como um condicionante, ou deficiência ou potencialidade.

3.2.3 PARTE 3 – SÍNTESE E OBJETIVOS

A partir dos resultados das partes 1 e 2 da 2ª Fase, serão estruturadas a síntese e os objetivos do PDM-PG, levando-se em conta também os objetivos traçados no TR.

Serão realizadas oficinas comunitárias e técnicas que terão o objetivo de avaliar os resultados da aplicação das duas metodologias, contribuindo com sugestões dos participantes para alteração, exclusão ou ampliação dos objetivos traçados anteriormente. As oficinas estão detalhadas no item 3 deste documento.

3.3 3ª FASE – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA O PDM-PG

Nessa Fase serão formuladas as diretrizes para:

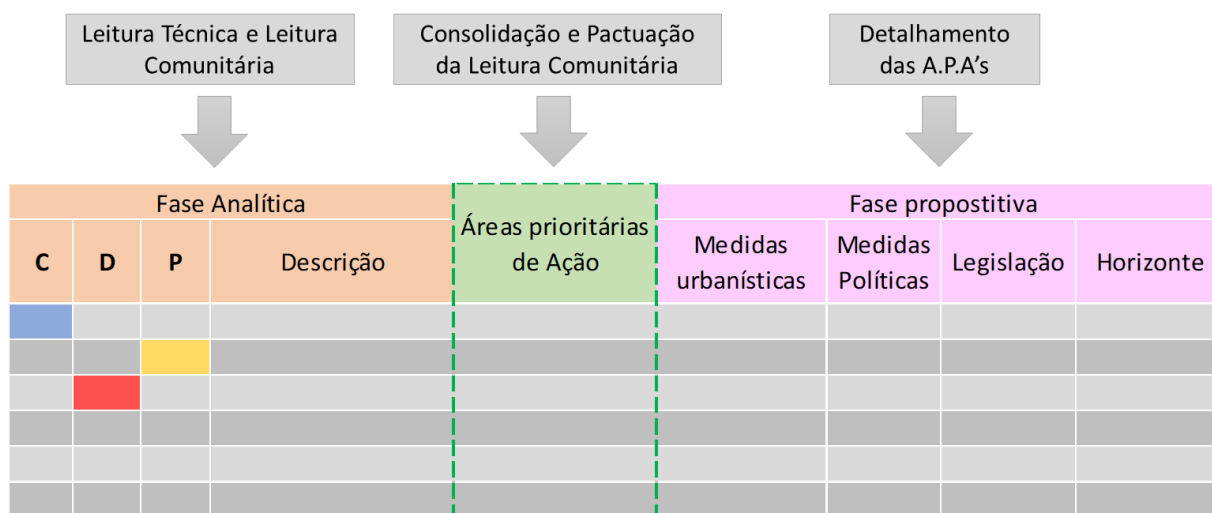
- Reordenamento Territorial;
- Instrumentos Urbanísticos;
- Mobilidade Urbana.

O quadro das diretrizes e proposições apresenta o estabelecimento das medidas necessárias para o desenvolvimento das ações, e a tabela síntese do cruzamento do CDP apresenta a justificativa das mesmas.

Estas diretrizes servem como subsídio para a determinação de um plano de ação para a administração municipal, indicando quais devem ser as prioridades do município em curto, médio e longo prazo, tendo por objetivo a eficiência da gestão pública.

Em cada área prioritária de ação, são traçadas diretrizes e proposições, levando-se em consideração todos os levantamentos já apontados durante o processo participativo, bem como as demandas relacionadas às condicionantes, deficiências e potencialidades, resultando em um quadro com a definição de medidas urbanísticas, diretrizes políticas, horizonte e instrumentos, como na tabela abaixo:

Figura 8 - Tabela Síntese CDP



Fonte: URBTEC™ (2018)

- Medidas urbanísticas são ações que envolvem a elaboração ou execução de projetos e planos necessários para o desenvolvimento das áreas prioritárias de ação;
- Diretrizes políticas são as motivações e estratégias que envolvem o desenvolvimento da área prioritária de ação;
- Horizonte é a determinação do prazo para o desenvolvimento da ação, podendo ser a curto, médio ou longo prazo, tendo em vista que o primeiro está relacionado a um período de até 2 anos, o segundo até 6 anos e longo até 10 anos.
- Instrumentos fazem referências aos subsídios legais que envolvem o desenvolvimento da área prioritária de ação.

As diretrizes para o Reordenamento Territorial têm como objetivo principal implantar a regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, promovendo a equidade social, a eficiência econômica e a melhoria da qualidade ambiental.

As diretrizes referentes aos Instrumentos Urbanísticos têm como objetivo atualizar a legislação existente, de forma a incorporar novos instrumentos que possibilitem ao poder público municipal recuperar uma parcela da valorização fundiária produzida pela urbanização e ao mesmo tempo garantir um crescimento ordenado da malha urbana.

3.3.1 MACROZONEAMENTO

A definição do Macrozoneamento tem por objetivo estabelecer a estratégia geral de ocupação do solo urbano e rural do Município. O Macrozoneamento serve também como fonte de consulta para a tomada de decisões que afetem o espaço municipal.

Do ponto de vista das áreas rurais, o Macrozoneamento visa qualificar a diversidade e as áreas de interesse para preservação ambiental dos recursos hídricos, nascentes, cursos d'água, maciços vegetais, solos agricultáveis dentre outros recursos naturais, assim como a recomposição de áreas degradadas.

No Macrozoneamento urbano, são identificadas as áreas de consolidação da urbanização, os vetores de crescimento mais indicados a partir da capacidade de suporte da infraestrutura existente e das condições do ambiente natural.

3.3.2 ZONEAMENTO

Quanto à proposta para o zoneamento da área urbana municipal, serão elaboradas as alterações sobre o zoneamento anterior, baseando-se na observação da realidade atual e nos resultados das pesquisas junto à população. Procurar-se-á manter as mesmas denominações da legislação anterior de forma a não gerar confusão junto à população no que se refere à terminologia.

3.4 4ª FASE – PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM-PG


Esse item apresenta as propostas em formato de fichas com sua caracterização para desenvolvimento posterior. Tendo em vista a complexidade e a diversidade do conjunto de temas apresentados, cada um deles merece um detalhamento específico, que deverá ser desenvolvido posteriormente com vistas à sua implementação. Nessa fase, são definidas as recomendações mínimas para sua execução e uma estimativa inicial dos recursos financeiros necessários para sua execução, como representado na Figura 9.

Constam dessa fase:

- I. Análise de viabilidade e hierarquização das alternativas
- II. Instrumentos Jurídicos para o PDM-PG
- III. Sistema de planejamento e gestão do PDM-PG
- IV. Estrutura organizacional da prefeitura referente às áreas nas quais há interferência do Plano Diretor.

Figura 9 - Modelo de ficha para Plano de Ações

FICHA 01	Identificação (Programa ou Plano ou Projeto...)	
Descrição		
Justificativa		

<p>Ações Necessárias</p>			<p>Ilustração sobre o tema da proposta</p> 
<p>Integração com outros projetos</p>			
<p>Órgão responsável</p>		<p>Parcerias possíveis</p>	
<p>Custo Aproximado</p>		<p>Prazo:</p>	

3.5 DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS DE CADA FASE E SEUS PRODUTOS

Para melhor entendimento, as atividades foram divididas em 2 grupos: Atividades Técnicas e Atividades de Mobilização. A seguir, é apresentado o quadro com o Detalhamento das Atividades Técnicas e seus respectivos produtos de acordo com cada fase.

Quadro 10 - Detalhamento das Atividades Técnicas da 1ª Fase e seus produtos

Fases	Produto	Atividades	Participantes	Prazos
1ª FASE: MOBILIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA REVISÃO DO PDM-PG, PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA FÍSICO	R1	Elaboração do Plano de Trabalho e Cronograma Físico (item 3.1.2 do TR)	URBTEC	30 dias após o início dos trabalhos.

Fonte: URBTEC™ (2018)

Quadro 11 – Detalhamento das Atividades Técnicas da 2ª Fase e seus produtos

Fases	Produto	Atividades	Participantes	Prazos
2ª FASE: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA PARA REVISÃO DO PDM-PG DE PONTA GROSSA	R3	Relatório da Realidade Atual do Município – Parte 1 (itens 3.4.1.a3.4.9 do TR)	URBTEC	90 dias após o início dos trabalhos.
	R4	Relatório da Análise Integrada e Mapas Sínteses -Parte 2 (itens 3.4.10 a 3.4.15 do TR)	URBTEC	120 dias após o início dos trabalhos.
	R5	Relatório da Síntese e Objetivos para o desenvolvimento municipal e para a mobilidade urbana Parte 3 (itens 3.5.3 e 3.5.4 do TR)	URBTEC.	150 dias após o início dos trabalhos.

Fonte: URBTEC™ (2018)

Quadro 12– Detalhamento das Atividades Técnicas da 3ª Fase e seus produtos

Fases	Produto	Atividades	Participantes	Prazos
3ª FASE – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA O PDM-PG	R7	Relatório das Diretrizes e Propostas para Reordenamento Territorial e Instrumentos Urbanísticos a serem utilizados. (itens 3.8.1 e 3.8.2 do TR)	URBTEC	210 dias após o início dos trabalhos.
	R8	Relatório das Diretrizes e Propostas para a Mobilidade Urbana. (item 3.8.3 do TR)	URBTEC	240 dias após o início dos trabalhos.

Fonte: URBTEC™ (2018)

Quadro 13 - Detalhamento das Atividades Técnicas da 4ª Fase e seus produtos

Fases	Produto	Atividades	Participantes	Prazos
4ª FASE: PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM-PG DE PONTA GROSSA	R9	Relatório Preliminar do Plano de Ações e Investimentos-PAI e Institucionalização do PDM-PG	URBTEC	270 dias após o início dos trabalhos.

R10	Relatório contendo: Plano de Ações e Investimentos - PAI Análise da Viabilidade e Hierarquização das alternativas para a reorganização dos sistemas de Transportes Institucionalização do PDM-PG Recomendações Específicas para a Mobilidade Urbana Sistema de Planejamento e Gestão do PDM-PG Estrutura organizacional	URBTEC	300 dias após o início dos trabalhos.

Fonte: URBTEC™ (2018)

Quadro 14 - Detalhamento das Atividades Técnicas da 5ª Fase e seus produtos

5ª FASE: FINAL	R11	Documento final contendo todos os relatórios anteriores revisados.	URBTEC	330 dias após o início dos trabalhos.

Fonte: URBTEC™ (2018)

4 PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

O Plano de Mobilização Social tem o objetivo de estimular a participação da sociedade em todo o processo de elaboração do plano, permitindo sua contribuição nas decisões para o futuro do município. A participação da sociedade no processo de elaboração do plano implica na difusão das informações sobre o seu conteúdo e andamento.

Para isso, é importante a definição da política de comunicação do PDM – PG, de forma a:

- criar uma consciência coletiva sobre a necessidade de participar e apoiar o plano;
- explicar de forma clara o propósito do processo de planejamento e seus conceitos mais significativos;
- difundir os conteúdos e resultados do processo de planejamento;
- envolver os diversos meios de comunicação da cidade na difusão do processo de planejamento.

Igualmente importante, do ponto de vista da gestão pública municipal, é a participação da equipe técnica local, que terá a importante tarefa de acompanhar, avaliar e dar suporte à equipe contratada. Nesse sentido, foi instituída a ETM – Equipe Técnica Municipal, integrada por representantes do governo municipal.

Foram elencadas como atividades deste plano: a definição das atividades para o processo de revisão do PDM – PG a serem desenvolvidas pela URBTEC e pela ETM; a descrição da estrutura da mobilização social, os relatórios do processo de mobilização da sociedade; e a definição das oficinas e audiências públicas, (número, locais e datas).

Como citado anteriormente, as atividades foram divididas em dois grupos: Atividades técnicas e Atividades de Mobilização. A seguir, é apresentado o Quadro com o Detalhamento das Atividades referentes ao Processo de Mobilização.

Quadro 15 - Detalhamento das Atividades do Processo de Mobilização

PRODUTO	PROCESSO PARTICIPATIVO	ATRIBUIÇÕES		PARTICIPANTES	DATA PREVISTA
		EQUIPE MUNICIPAL	URBTEC		
R2	Reunião Técnica de Assinatura do Contrato. (item 3.2.1 do TR)	Apoio, e agendamento	Apresentação e produção do material de apoio.	URBTEC, ETM, CMC, CMT e GA	Até 60 dias após o início dos trabalhos
R2	Reunião Técnica de Coordenação (item 3.2.2 do TR)	Apoio.	Organização Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM	Até 60 dias após o início dos trabalhos
R2	Reunião Técnica de Consolidação e Preparatória (item 3.2.3 do TR)	Apoio.	Organização Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, CMC, CMT e GA	Até 60 dias após o início dos trabalhos
R2	Reunião Técnica com o Governo (item 3.2.4 do TR)	Apoio.	Organização Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, Prefeito, Vice Prefeita, Diretor Executivo do IPLAN e Presidente da AMMT.	Até 60 dias após o início dos trabalhos
R2 – Relatório Processo de Mobilização		Avaliação e aprovação do produto.	Elaboração do documento - Atas das reuniões públicas.	URBTEC	Até 60 dias após o início dos trabalhos
R5	1 Oficina de Leitura Comunitária: Análise Temática Integrada para a revisão do PDM-PG ((item 3.5.1 do TR)	Apoio.	Organização Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.	Até 150 dias após o início dos trabalhos
R5	1 Oficina de Leitura Técnica: Análise Temática Integrada para a revisão do PDM-PG (item 3.5.2 do TR)	Apoio.	Organização Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA, e representantes do poder executivo e do poder legislativo.	Até 150 dias após o início dos trabalhos

R5	2 Oficinas de Leitura Comunitária: Análise Temática Integrada para a revisão do PDM-PG– Síntese e Objetivos para o desenvolvimento (item 3.6.1 do TR)	Apoio.	Organização e Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.	Até 150 dias após o início dos trabalhos
R5	8 Oficinas de Leitura Técnica Análise Temática Integrada para a revisão do PDM-PG – Síntese e Objetivos para o desenvolvimento (item 3.6.2 do TR)	Apoio.	Organização e Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA, e representantes do poder executivo e do poder legislativo.	Até 150 dias após o início dos trabalhos
R5	1 Oficina de Leitura com o Governo Análise Temática Integrada para a revisão do PDM-PG – Síntese e Objetivos para o desenvolvimento (item 3.6.3 do TR)	Apoio.	Organização e Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, Prefeito, Vice Prefeita, secretários e demais gestores do poder executivo.	Até 150 dias após o início dos trabalhos
R5	Reunião Preparatória para a 3ª Audiência Pública ((item 3.6.4 do TR)	Apoio.	Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC e ETM	Até 150 dias após o início dos trabalhos
R5	3ª Audiência Pública. – Síntese da Análise Temática Integrada e Objetivos (item 3.6.5 do TR))	Apoio.	Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA e representantes dos poderes executivo e legislativo; do Ministério Público; população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade	Até 150 dias após o início dos trabalhos
R5	Reunião Técnica de Consolidação e	Participação, e indicações para	Apresentação do produto.	URBTEC, ETM	Até 150 dias após o início dos trabalhos

	Coordenação (item 3.9.1 do TR)	a efetiva aprovação do produto R5.			
R5 - Relatório 5 das atividades de mobilização		Avaliação e aprovação do produto.	Elaboração do documento - Atas das reuniões públicas referentes aos itens 3.5.1; 3.5.2; 3.6.1 a 3.6.6 do TR.	URBTEC	Até 150 dias após o início dos trabalhos
R6	Reunião Técnica de coordenação (item 3.9.1 do TR)	Participação, e indicações para a efetiva aprovação do produto R6.	Apresentação da Versão Preliminar do Produto.	URBTEC, ETM	Até 180 dias após o início dos trabalhos
R6	2 Oficinas de Leitura Comunitária Diretrizes e Propostas (item 3.9.2 do TR)	Apoio.	Organização Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.	Até 180 dias após o início dos trabalhos
R6	8 Oficinas de Leitura Técnica Diretrizes e Propostas (item 3.9.3 do TR)	Apoio.	Organização Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA, representantes do poder executivo e do poder legislativo.	Até 180 dias após o início dos trabalhos
R6	Oficina de Leitura com o governo Diretrizes e Propostas (item 3.9.4 do TR)	Apoio.	Organização Apresentação e produção do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, Prefeito, Vice Prefeita, secretários e demais gestores do poder executivo	Até 180 dias após o início dos trabalhos
R6	Reunião Preparatória para a 4ª Audiência Pública (item 3.9.5 do TR)	Recomendações para a apresentação	Apresentação da Versão Preliminar do Produto.	URBTEC e ETM	Até 180 dias após o início dos trabalhos
R6 - Relatório 6 das atividades de mobilização		Avaliação e aprovação do produto.	Elaboração do documento - Atas das reuniões públicas (itens 3.9.1 a 3.9.5 do TR).	URBTEC	Até 180 dias após o início dos trabalhos
R8	4ª Audiência Pública Diretrizes	Apoio.	Organização Apresentação e	URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA e	Até 210 dias após o início dos trabalhos

	e Propostas para o PDM-PG de Ponta Grossa (item 3.9.6 do TR)		produção do material de apoio e divulgação	representantes dos poderes executivo e legislativo; do Ministério Público; população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.	
R8	Reunião Técnica de Consolidação e de Coordenação. (item 3.9.7 do TR)	Participação, e indicações para a efetiva aprovação do produto R5.	Apresentação da Versão Preliminar do Produto.	URBTEC e ETM	Até 210 dias após o início dos trabalhos
R8 - Relatório 8 das atividades de mobilização		Avaliação e aprovação do produto.	Elaboração do documento - Atas das reuniões públicas. referentes aos itens 3.9.6 a 3.9.7 do TR	URBTEC	Até 240 dias após o início dos trabalhos
R9	Reunião Técnica de Coordenação - Apresentação da metodologia a ser utilizada para o PAI e Institucionalização do PDM-PG Organizacional e na proposição de legislação. (item 3.12.1 do TR)	Participação, e indicações para a efetiva aprovação do produto R5.	Apresentação da Versão Preliminar do Produto.	URBTEC, ETM	Até 270 dias após o início dos trabalhos
R9	2 Oficinas de Leitura Técnica - PAI e Institucionalização do PDM-PG	Apoio.	Organização e Apresentação do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA e representantes do poder executivo e do poder legislativo	Até 270 dias após o início dos trabalhos
R9	Oficina de Leitura com o Governo (item 3.12.3 do TR)	Apoio.	Organização e Apresentação do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, Prefeito, Vice Prefeita, secretários e demais gestores do poder executivo.	Até 270 dias após o início dos trabalhos
R9	2 Oficinas de Leitura Comunitária (item 3.12.4 do TR)	Apoio.	Organização e Apresentação do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA, população e associações representativas	Até 270 dias após o início dos trabalhos

				dos vários segmentos da comunidade	
R9 - Relatório 9 das atividades de mobilização		Avaliação e aprovação do produto.	Elaboração do documento - Atas das reuniões públicas referentes aos itens 3.12.1 a 3.12.4 do TR.	URBTEC	Até 270 dias após o início dos trabalhos
R11	Reunião Preparatória para a 5ª Audiência Pública (item 3.12.5 do TR)	Recomendações para a apresentação	Apresentação da Versão Preliminar do Produto.	URBTEC e ETM	Até 330 dias após o início dos trabalhos
R11	5ª Audiência Pública Plano de Ações e Investimentos - PAI e Institucionalização do PDM-PG e do PlanUrb de Ponta Grossa (item 3.12.6 do TR)	Apoio.	Organização e apresentação do material de apoio e divulgação	URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA e representantes dos poderes executivo e legislativo; do Ministério Público; população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.	Até 330 dias após o início dos trabalhos
R11	Reunião Técnica de Conclusão (item 3.12.7 do TR)	Participação, e indicações para a efetiva aprovação do produto R5.	Apresentação da Versão Preliminar do Produto.	URBTEC e ETM	Até 330 dias após o início dos trabalhos
R11 - Relatório 11 das atividades de mobilização		Avaliação e aprovação do produto.	Elaboração do documento - Atas das reuniões públicas referentes aos itens 3.12.5 a 3.12.7 do TR		Até 330 dias após o início dos trabalhos

Fonte: URBTEC™ (2018)

4.1 SENSIBILIZAÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE

Essa atividade buscará identificar, junto à comunidade, quais são os principais problemas e potencialidades de Ponta Grossa. A participação da comunidade ocorrerá através de oficinas e audiências públicas.

4.1.1 REALIZAÇÃO DE REUNIÕES TÉCNICAS COM A ETM

Serão realizadas reuniões com a ETM, com o objetivo de apresentar e discutir as metodologias para as diversas atividades que serão desenvolvidas durante a elaboração do plano.

4.1.2 OFICINAS DE LEITURA TÉCNICA

4.1.2.1 OBJETIVO

Compartilhar a base técnica e receber contribuições dos órgãos setoriais cujas atividades se relacionem com as do PDM-PG, e instituições da iniciativa privada que tenham uma interface com as questões discutidas pelo PDM-PG.

4.1.2.2 METODOLOGIA E PROGRAMAÇÃO

A metodologia a ser aplicada nas Oficinas de “Leitura Técnica” contarão com um representante técnico, responsável por conduzir as discussões e intermediá-las para que todos possam participar. Dessa forma, deverá ser feita inicialmente uma apresentação dos principais temas a serem discutidos no evento. Na sequência, serão debatidos entre os participantes. Se necessário, serão aplicados questionários específicos aos temas em questão de modo a estimular o debate e a coleta de informações/sugestões. Vale ressaltar que, por se tratar de uma leitura técnica, as discussões serão mais aprofundadas, diferente das leituras comunitárias, que possuem um caráter mais lúdico e simplificado.

É neste momento que a equipe de consultoria e a administração pública municipal entram em consenso acerca da realidade atual do Município, homogeneizando e democratizando impressões e conhecimentos até então dispersos e fragmentados.

Figura 10 - Roteiro da atividade

OFICINA DE LEITURA TÉCNICA

TERRITÓRIO: ÁREA RURAL/ ÁREA URBANA

Nesta atividade vamos procurar fazer uma análise crítica dos conteúdos apresentados, com a identificação de teses, avaliação dos aspectos técnicos e definição dos aspectos norteadores.

COMO VAI SER:

- APRESENTAR OS CONCEITOS DE CADA TEMÁTICA
- APRESENTAR A EVOLUÇÃO DOS TRABALHOS ATÉ A ETAPA EM DISCUSSÃO
- RECEBER CONTRIBUIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL, ÓRGÃO ESTADUAIS, FEDERAIS, CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, MEMBROS DOS CONSELHOS MUNICIPAIS PERTINENTES E DEMAIS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO.

PASSOS

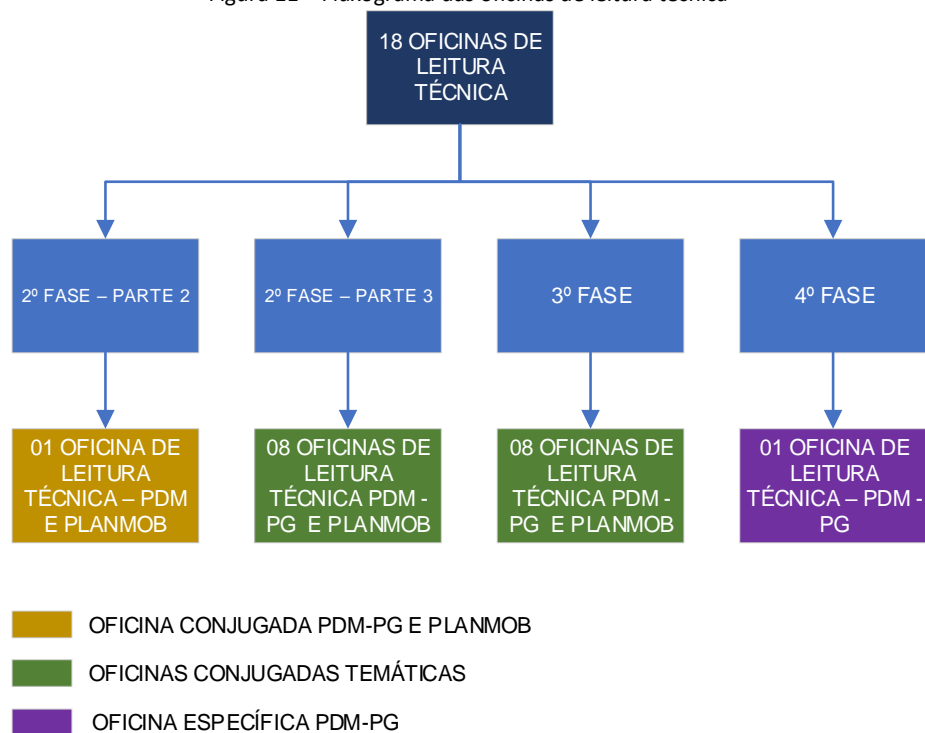
- Abertura da oficina pela URBTEC, com a explanação da pauta do encontro;
- Cada participante deverá fazer uma breve apresentação profissional;
- A consultora irá fazer uma apresentação Técnica do tema em discussão;
- O moderador irá abrir espaço para discussão do tema entre os participantes;
- A depender da quantidade de participantes, será estipulado um prazo de 5 (cinco) minutos para cada um dos técnicos explicar sobre o tema em questão;
- Caso se esgote o tempo previsto inicialmente para realização da oficina, as sugestões que não foram abordadas devem ser enviadas por escrito para o email pdmptagrossa@gmail.com;
- Durante o processo de discussão do tema, os técnicos da URBTEC estarão identificando os aspectos que foram mais recorrentes para que ao final da oficina seja estabelecido uma escala de prioridade. Com isso, teremos a conclusão/pactuação sobre os itens que foram discutidos;
- Encerramento pela consultora com agradecimentos aos presentes.

RECURSOS

- Mapas, apresentações, recursos audiovisuais e outros elementos necessários para compreensão do tema
- Caso haja necessidade de inscrição, serão fornecido um formulário de identificação
- Lista de presença

Estão previstas 18 oficinas de leitura técnica, sendo 17 delas em conjunto com o PlanMob-PG e 1 específica para o PDM-PG. Dessas oficinas, 16 serão temáticas, sendo oito na 2º e oito na 3º Fase. Essas oficinas serão organizadas de forma agrupada tendo temáticas específicas para cada uma delas. Os resultados dessas oficinas serão incorporados ao PDM – PG e/ou PlanMob de acordo com as temáticas definidas.

Figura 11 – Fluxograma das oficinas de leitura técnica

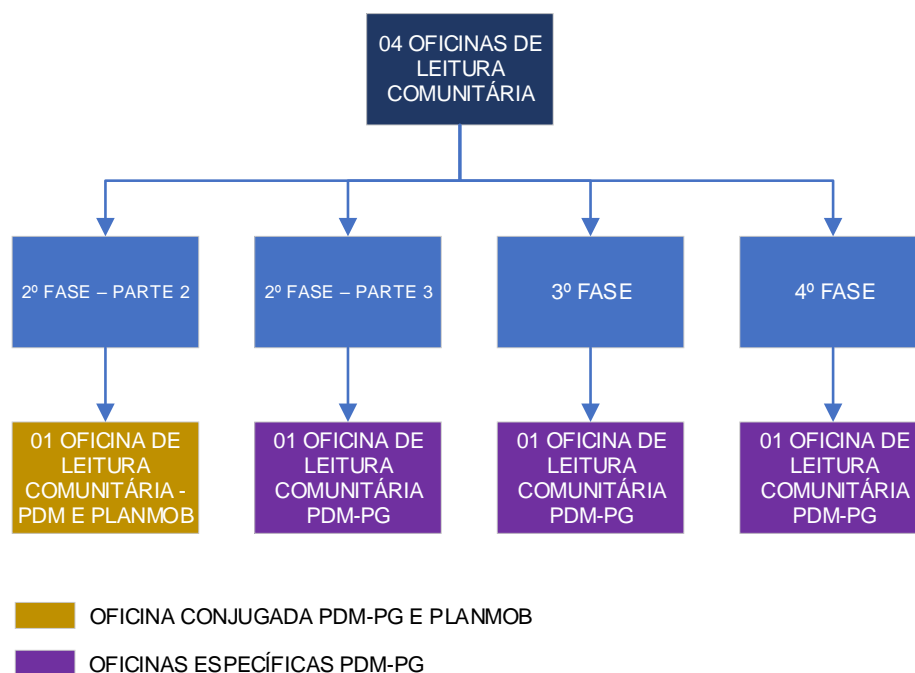


Fonte: URBTEC™ (2018)

4.1.3 OFICINAS DE LEITURA COMUNITÁRIA

Realização de oficinas de leitura comunitária para propiciar a efetiva participação popular no diagnóstico de Ponta Grossa. Estão previstas quatro oficinas, distribuídas no tempo conforme definido no cronograma. Vale ressaltar que a primeira delas está prevista para ser realizada junto com a primeira oficina de leitura comunitária do PDM- PG (Ver Figura 12).

Figura 12- Fluxograma das oficinas de leitura comunitária



Fonte: URBTEC™ (2018)

A metodologia utilizada nas oficinas e suas formas de divulgação estão explicitadas a seguir.

4.1.3.1 OBJETIVO

Propiciar a efetiva participação de diferentes atores no processo de elaboração do PDM-PG, permitindo que as contribuições da sociedade de Ponta Grossa complementem ou corrijam os levantamentos técnicos realizados.

4.1.3.2 METODOLOGIA E PROGRAMAÇÃO

Cada oficina iniciará com uma apresentação em multimídia, objetivando a contextualização e a disseminação de informações sobre o PDM-PG de forma a capacitar os participantes para a atividade seguinte de discussão nos subgrupos. Após a apresentação, os participantes serão divididos em subgrupos e desenvolverão duas atividades, sendo a primeira destinada à elaboração do mapa falante e ao levantamento dos aspectos positivos e negativos da realidade analisada.

O trabalho em subgrupos será embasado na metodologia do Diagnóstico Participativo, entendendo a Oficina como um momento de ampliação do conhecimento da população sobre sua realidade, consistindo em uma atividade informal, sistemática e progressiva de aprendizagem.

Nesta metodologia, valoriza-se o uso de algumas técnicas e/ou instrumentos. A técnica do Mapa Falante facilita o processo de identificação e discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, do ponto de vista dos diversos segmentos sociais a partir de um desenho representativo do espaço ou território que está sendo objeto de reflexão.

Desta forma, o Mapa Falante foi escolhido para possibilitar uma visão espacial do município; auxiliar na obtenção de informações exploratórias e propiciar uma reflexão sobre a realidade, e promoverá uma efetiva contribuição da população para o PDM-PG.

A segunda atividade consistirá na plenária final, na qual cada subgrupo apresentará os aspectos positivos e negativos e as sugestões levantadas, quando serão comparados os mapas apresentados por cada grupo e as possíveis semelhanças e diferenças entre eles, com sugestões para os problemas (aspectos negativos) identificados.

Salienta-se que, em cada Oficina, as atividades serão adaptadas de acordo com a dinâmica de cada subgrupo. O moderador poderá diminuir o tempo de elaboração do mapa, ampliando o tempo de discussão verbal nos subgrupos (pontos positivos, negativos e sugestões) caso surja alguma dificuldade na representação gráfica da realidade.

A. Roteiros das Atividades das Oficinas:

Esses roteiros serão reproduzidos e distribuídos aos grupos participantes das oficinas.

Figura 13 - Roteiro da 1ª atividade: mapa falante

OFICINA DE LEITURA COMUNITÁRIA
TERRITÓRIO: ÁREA RURAL/ ÁREA URBANA
ROTEIRO DA 1ª ATIVIDADE: MAPA FALANTE

Nesta atividade vamos procurar representar o município de Ponta Grossa, tendo como foco O SEU TERRITÓRIO (ÁREA RURAL/ ÁREA URBANA) E A QUESTÃO HABITACIONAL.

COMO VAI SER:

Vamos soltar a imaginação e no traçado do município já desenhado identificar os principais bairros, principais vias pontos de referência e etc. Lembrem-se:

- A PARTICIPAÇÃO DE CADA UM É FUNDAMENTAL.
- TODOS DEVEM SE SENTIR A VONTADE PARA EXPOR SUAS OPINIÕES E PONTOS DE VISTA.
- NÃO TENHAM RECEIO DE FALAR O QUE PENSAM.
- NÃO SE PREOCUPEM EM DESENHAR ERRADO (É SÓ RISCAR) E DESENHAR NOVAMENTE.
- LEMBREM QUE A OPINIÃO DE CADA UM É IMPORTANTE. MESMO QUE SEJA DIFERENTE DA NOSSA, VAMOS RESPEITA-LÁ.

PASSOS

- Coloquem o papel no meio do círculo.
- Imaginem que vocês são pássaros e estão sobrevoando Ponta Grossa. Vocês vão desenhar o mapa pensando-o de cima pra baixo.
- Comecem desenhando lugares específicos do município, por exemplo: a área central, estradas, a represa...

- Em seguida identifiquem os bairros e localidades rurais procurando manter a geografia do município no mapa.
- Pensem e desenhem nos bairros específicos (se houver) as habitações em áreas de risco (inundação, desabamento, alta tensão), áreas de ocupação irregular, áreas de preservação ambiental habitadas, e outras situações que acharem importante.
- Agora vamos focar na área traçada do seu Território (área rural). Desenhem no mapa as questões positivas e as questões negativas existentes ligadas à cidade. Por exemplo, pensem nas:
 - Áreas de preservação ambiental habitadas
 - Principais equipamentos comunitários (escola, creche, posto de saúde, área de lazer - canchas, etc.)
 - Rede de água
 - Rede de esgoto
 - Rede de iluminação pública
 - Transporte coletivo
 - Estradas (vias de acesso)
 - Habitações em áreas de risco (inundação, desabamento, alta tensão)
 - Áreas de ocupação irregular
- Durante o desenho ou com o mapa quase concluído, uma pessoa escolhida pelo grupo deve fazer uma relação (lista) das coisas negativas que foram desenhadas (escrever em tópicos). Por exemplo:
 1. Estrada de acesso à localidade X em péssimas condições...
 2. Localidade X sem iluminação pública.
 3.
- Depois da lista de coisas negativas, façam uma lista das coisas positivas, das coisas boas. **VAMOS SOLTAR A IMAGINAÇÃO... E PENSAR NO QUE EXISTE NA ÁREA RURAL (TERRITÓRIO) QUE PODE SER CONSIDERADO BOM NA CIDADE.** Por exemplo:
 1. Transporte coletivo bom, rápido e seguro...
 2. ...

Fonte: URBTEC™ (2018)

Figura 14 - Roteiro da 2ª atividade: plenária

OFICINA DE LEITURA COMUNITÁRIA

TERRITÓRIO: ÁREA RURAL/ ÁREA URBANA

ROTEIRO DA 2ª ATIVIDADE: SUGESTÕES

Nesta atividade:

- Primeiro vamos olhar nosso Mapa e ver se precisamos alterar alguma coisa...

- Então, vamos para a 2ª Atividade...

COMO VAI SER:

Vamos soltar a imaginação e refletir sobre os Aspectos Negativos (PROBLEMAS) levantados anteriormente.

Lembrem-se:

- ☺ A PARTICIPAÇÃO DE CADA UM É FUNDAMENTAL.
- ☺ TODOS DEVEM SE SENTIR A VONTADE PARA EXPOR SUAS OPINIÕES E PONTOS DE VISTA.
- ☺ NÃO TENHAM RECEIO DE FALAR O QUE PENSAM.
- ☺ LEMBREM QUE A OPINIÃO DE CADA UM É IMPORTANTE. MESMO QUE SEJA DIFERENTE DA NOSSA, VAMOS RESPEITA-LÁ.

PASSOS

1. Uma pessoa lê novamente a Lista dos Aspectos Negativos.
2. Em grupo, conversem sobre esses aspectos negativos e reflitam sobre como poderia melhorá-los.
3. Então levantem algumas sugestões (prioridades) para a melhoria da qualidade de vida com foco na questão habitacional.
4. Listem as SUGESTÕES e escolham uma pessoa para apresentar na plenária as três listas elaboradas pelo grupo: ASPECTOS NEGATIVOS, ASPECTOS POSITIVOS e SUGESTÕES.

Fonte: URBTEC™ (2018)

4.1.3.3 SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS E RESULTADOS ESPERADOS:

As informações obtidas nas Oficinas Comunitárias serão sistematizadas conforme os seguintes critérios:

- Por território, considerando a divisão por bairros da área urbana municipal e a área rural, de acordo com suas características físicas;

- Por temática, obedecendo a listagem pré-estabelecida (aspectos socioeconômicos e inserção regional; uso e ocupação do solo urbano e rural; patrimônio histórico, cultural e turismo; mobilidade e acessibilidade; infraestrutura e equipamentos comunitários; aspectos fundiários e habitação; aspectos ambientais; capacidade de investimentos municipal; estrutura de gestão e aspectos legais).
- Pela checagem realizada pela população dos resultados do Método CDP, quanto à:
 - A. Principais demandas (Deficiências - CDP);
 - B. Principais potencialidades (Potencialidades - CDP);
 - C. Principais condicionantes (Condicionantes – CDP)
- Elaboração de mapas com a espacialização dos resultados.

4.1.3.4 FORMA DE DIVULGAÇÃO

Para a divulgação das Oficinas Comunitárias, serão utilizados os seguintes recursos de comunicação:

- Anúncios em rádios e jornais;
- Faixas e cartazes;
- Informativos;
- Site da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

4.1.4 REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Serão realizadas três audiências públicas, norteados pela Resolução nº 25 de 18 de março de 2005, nos seus artigos citados abaixo:

Art. 4º No processo participativo de elaboração do plano diretor, a publicidade, determinada pelo inciso II, do § 4º do art. 40 do Estatuto da Cidade, deverá conter os seguintes requisitos:

I – ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massa disponível;

II- ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor com antecedência de no mínimo 15 dias;

III- publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo;

Art.5º A organização do processo participativo deverá garantir a diversidade, nos seguintes termos:

I – realização dos debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, tais como bairros, distritos, setores entre outros;

II - garantia da alternância dos locais de discussão.

Art.6º O processo participativo de elaboração do plano diretor deve ser articulado e integrado ao processo participativo de elaboração do orçamento, bem como levar em conta as proposições oriundas de processos democráticos tais como conferências, congressos da cidade, fóruns e conselhos.

Art.7º No processo participativo de elaboração do plano diretor a promoção das ações de sensibilização, mobilização e capacitação, devem ser voltadas, preferencialmente, para as lideranças comunitárias, movimentos sociais, profissionais especializados, entre outros atores sociais.

Art. 8º As audiências públicas determinadas pelo art. 40, § 4º, inciso I, do Estatuto da Cidade, no processo de elaboração de plano diretor, têm por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor Participativo, e deve atender aos seguintes requisitos:

I – ser convocada por edital, anunciada pela imprensa local ou, na sua falta, utilizar os meios de comunicação de massa ao alcance da população local;

II – ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;

III – serem dirigidas pelo Poder Público Municipal, que após a exposição de todo o conteúdo, abrirá as discussões aos presentes;

IV – garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença;

V – serem gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Art. 9º A audiência pública poderá ser convocada pela própria sociedade civil quando solicitada por no mínimo 1 % (um por cento) dos eleitores do município.

Art.10. A proposta do plano diretor a ser submetida à Câmara Municipal deve ser aprovada em uma conferência ou evento similar, que deve atender aos seguintes requisitos:

I – realização prévia de reuniões e/ou plenárias para escolha de representantes de diversos segmentos da sociedade e das divisões territoriais;

- II – divulgação e distribuição da proposta do Plano Diretor para os delegados eleitos com antecedência de 15 dias da votação da proposta;*
- III – registro das emendas apresentadas nos anais da conferência;*
- IV – publicação e divulgação dos anais da conferência.*

4.1.4.1 FORMA DE DIVULGAÇÃO

Para a divulgação das Audiências, serão usados os seguintes recursos de comunicação:

- Anúncios em rádios e jornais;
- Faixas e cartazes;
- Informativos;
- Site da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

4.1.4.2 PROGRAMAÇÃO

A programação das Audiências Públicas consta de uma parte expositiva, na qual a equipe da URBTEC™ apresentará informações sobre a fase do Plano em andamento e uma segunda etapa, onde serão realizadas dinâmicas de grupo com o objetivo de garantir uma participação da população.

No anexo 1 deste documento, é sugerido o regulamento para a realização das audiências públicas, de forma a organizar e democratizar a participação da população, o qual deverá ser lido e aprovado na Audiência em questão.

As dinâmicas de grupo a serem realizadas nas três audiências têm sua programação definida segundo o objetivo de cada uma delas:

- 3ª Audiência Análise Técnica Integrada

Objetivo: confronto do diagnóstico técnico da equipe com a percepção da população sobre o município e discussão das diretrizes e propostas preliminares.

A pauta consistirá na apresentação da Análise Técnica Integrada, seguida pela manifestação da população.

Os relatórios produzidos pela empresa consultora serão disponibilizados no site da Internet da Prefeitura Municipal para consulta e sugestões durante o processo de elaboração

do plano. Será divulgado um e-mail do plano para onde poderão ser encaminhadas contribuições da população em geral.

- 4ª Audiência Pública Diretrizes e Propostas para o PDM-PG de Ponta Grossa

Objetivo: Submeter aos participantes as propostas de diretrizes de reordenamento territorial, de mobilidade e de instrumentos urbanísticos.

A pauta consistirá na apresentação pela consultora dos trabalhos realizados, seguida pela manifestação da população.

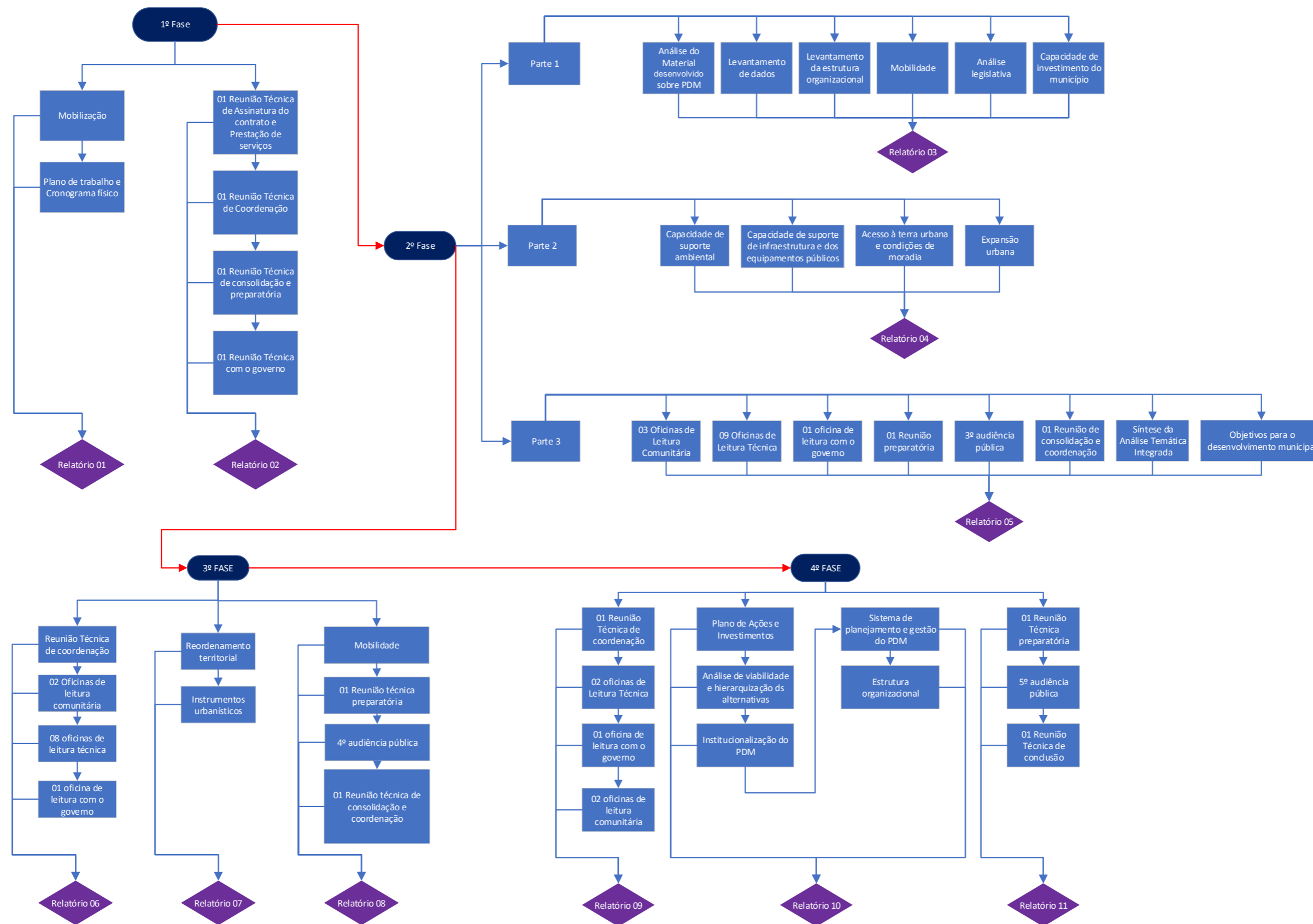
- 5ª Audiência Pública Plano de Ações e Investimentos – PAI e proposta institucional do PDM-PG de Ponta Grossa.

Objetivo: Submeter aos participantes os resultados das propostas e receber as sugestões da população.

A Pauta consistirá na apresentação pela consultora dos trabalhos realizados, seguida pela manifestação da população.

5 FLUXOGRAMA

A seguir, é apresentado o fluxograma da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ponta Grossa, no qual são representados de forma visual as relações entre as fases, atividades de mobilização e produtos gerados ao final de cada processo.



6 CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES E DOS EVENTOS

O cronograma para a Revisão do Plano Diretor do município de Ponta Grossa encontra-se descrito a seguir. O prazo máximo desse Plano é de trezentos e trinta dias a contar da Ordem de Serviço, conforme previsto no Edital de Concorrência Pública nº N° 1/2017.

Item	Fases	Atividades de mobilização	Produtos	Participantes	Duração após o início do contrato	Início	Término
	1ª Fase – Mobilização e estruturação para Revisão do PDM-PG					Seg 26/03/18	Qui 24/05/18
	R1				30 dias	Seg 26/03/18	Ter 24/04/18
3.2.1		Reunião Técnica de Assinatura do Contrato		URBTEC, ETM, CMC, CMT e GA	1 dia	Qui 19/04/18	
3.2.2		Reunião Técnica de Coordenação		URBTEC, ETM	1 dia	Qui 12/04/18	
3.3.1			Entrega do relatório 01- Plano de Trabalho e Cronograma Físico	URBTEC	1 dia	Ter 24/04/18	
	R2				60 dias	Qua 25/04/18	Qui 24/05/18
3.2.3		Reunião Técnica de Consolidação e Preparatória		URBTEC, ETM, CMC, CMT e GA	1 dia	Qui 19/04/18	
3.2.4		Reunião Técnica com o Governo		URBTEC, ETM, Prefeito, Vice Prefeita, Diretor Executivo do IPLAN e Presidente da AMMT	1 dia	Qui 19/04/18	
3.3.2			Entrega do Relatório 02 - Atividades de mobilização referentes à 1ª Fase	URBTEC		Qui 24/05/18	

Item	Fases	Atividades de mobilização	Produtos	Participantes	Duração após o início do contrato	Início	Término
	2º Fase - Análise temática Integrada para o desenvolvimento do PDM-PG					Sex 25/05/18	Qua 22/08/18
	2ª Fase - Análise Temática Integrada - Parte 01					Sex 25/05/18	Sáb 23/06/18
	R3				90 dias	Sex 25/05/18	Sáb 23/06/18
3.7.1			Entrega do Relatório 03- Realidade Atual do Município (Parte 1)	URBTEC		Sex 22/06/18	
	2ª Fase – Análise Temática Integrada - Parte 2					Dom 24/06/18	Seg 23/07/18
	R4				120 dias	Dom 24/06/18	Seg 23/07/18
		01 Oficina de leitura comunitária - Análise Temática integrada para revisão do PDM e do PlanMob		Consultoria - ETM, CMC, CMT, GA, População	1 dia	Sex 29/06/18	
		01 Oficina de Leitura Técnica - Análise Temática Integrada para a revisão do PDM e elaboração do PlanMob		URBTEC - ETM - CMC- CMT-GA	1 dia	Sex 29/06/18	
3.7.2			Entrega do Relatório 04- Análise Integrada e Mapas Sínteses (Parte 2)	URBTEC		Seg 23/07/18	

Item	Fases	Atividades de mobilização	Produtos	Participantes	Duração após o início do	Início	Término
	2ª Fase – Análise Temática Integrada - Parte 3					Ter 24/07/18	Qua 22/08/18
	R5				150 dias	Ter 24/07/18	Qua 22/08/18
3.6.1		2 Oficinas de Leitura Comunitária: Análise Temática Integrada para a revisão do PDM e elaboração do PlanMob (itens 3.5.3 e 3.5.4 do TR)		Consultoria - ETM, CMC, CMT, GA, População	2 dias	Seg 30/07/18	Ter 31/07/18
3.6.2		8 Oficinas de Leitura Técnica Análise Temática Integrada para a revisão do PDM e elaboração do PlanMob (itens 3.5.3 e 3.5.4 do TR)		Consultoria, ETM, CMC, CMT, GA e representantes do poder legislativo e executivo	4 dias	Seg 30/07/18	Qui 02/08/18
3.6.3		01 Oficina de leitura com o governo - Análise Temática Integrada para a revisão do PDM e elaboração do PlanMob		Consultoria, ETM, prefeito, vice-prefeita, secretários e demais gestores do poder executivo	1 dia	Sex 03/08/2018	
3.6.4		01 Reunião preparatória		Coordenadores da URBTEC e da ETM	1 dia	Sex 03/08/2018	
3.6.5		3ª Audiência pública - Síntese da Análise Temática Integrada e Objetivos		URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA e representantes dos poderes executivo e legislativo; do Ministério Público; população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.	1 dia	Seg 13/08/18	
3.6.6		01 Reunião técnica de consolidação e de coordenação		Coordenadores da URBTEC e da ETM	1 dia	Ter 14/08/18	
3.7.3			Entrega do relatório 05- Síntese e Objetivos para o desenvolvimento municipal e para a mobilidade urbana	URBTEC		Qua 22/08/18	

Item	Fases	Atividades de mobilização	Produtos	Participantes	Duração após o início do contrato	Início	Término
	3ª Fase – Diretrizes e Propostas para o PDM-PG					Qui 23/08/18	Ter 20/11/18
	R6				180 dias	Qui 23/08/18	Sex 21/09/18
3.9.1		01 Reunião Técnica de coordenação		URBTEC, ETM.	1 dia	Qua 22/08/18	
3.9.2		02 oficinas de leitura comunitária - Diretrizes e propostas		URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.	2 dias	Seg 03/09/18	Ter 04/09/2018
3.9.3		08 oficinas de leitura técnica - Diretrizes e propostas para o PDM e PlanMob de Ponta Grossa		URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA, população e representantes do poder executivo e do poder legislativo.	4 dias	Seg 03/09/18	Qui 06/09/18
3.9.4		Oficina de Leitura com o governo- Diretrizes e Propostas		URBTEC, ETM, Prefeito, Vice Prefeita, secretários e demais gestores	1 dia	Qua 05/09/18	
3.9.5		Reunião Preparatória para a Audiência Pública		Coordenadores da URBTEC e da ETM	1 dia	Qui 06/09/2018	
3.10.1			Entrega do Relatório 06- Atividades de mobilização referentes aos itens 3.9.1 a 3.9.5 do TR	URBTEC		Sex 21/09/18	
	R7				210 dias	Sáb 22/09/18	Dom 21/10/18
3.10.2			Entrega do Relatório 07- Diretrizes e Propostas para Reordenamento Territorial e Instrumentos Urbanísticos a serem utilizados			Sex 19/10/18	Sex 19/10/18

Item	Fases	Atividades de mobilização	Produtos	Participantes	Duração após o início do contrato	Início	Término
	R8				240 dias	Seg 22/10/18	Ter 20/11/18
3.9.6		4ª Audiência Pública Diretrizes e Propostas para o PDM e o PlanMob de Ponta Grossa.		URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA e representantes dos poderes executivo e legislativo; do Ministério Público; população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.	1 dia	Seg 12/11/18	
3.9.7		Reunião Técnica de Consolidação e de Coordenação.		URBTEC e ETM	1 dia	Ter 13/11/18	
3.10.3			Entrega do Relatório 08 - Diretrizes e Propostas para a Mobilidade Urbana			Ter 20/11/18	
	4ª Fase: Plano de ações e investimentos para o PDM-PG					Qua 21/11/18	Seg 18/02/19
	R9				270 dias	Qua 21/11/18	Qui 20/12/18
3.12.1		01 Reunião Técnica de Coordenação - Apresentação da metodologia a ser utilizada para o PAI e Institucionalização do PDM		URBTEC, ETM	1 dia	Ter 20/11/18	
3.12.2		2 Oficinas de Leitura Técnica - PAI e Institucionalização do PDM		URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA e representantes do poder executivo e do poder legislativo.	2 dias	Qua 05/12/18	Qui 06/12/18
3.12.4		2 Oficinas de Leitura Comunitária		URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.	2 dias	Qua 05/12/18	Qui 06/12/18
3.12.3		01 Oficina de Leitura com o Governo		URBTEC, ETM, Prefeito, Vice Prefeita, secretários e demais gestores do poder executivo.	1 dia	Qui 06/12/18	
3.13.1			Entrega do Relatório 09 - Atividades de mobilização referentes à 4ª Fase	URBTEC		Qui 20/12/18	

Item	Fases	Atividades de mobilização	Produtos	Participantes	Duração após o início do contrato	Início	Término
	R10				300 dias	Sex 21/12/2018	19/01/2019
3.13.2			Entrega do relatório 10 - referentes aos itens 3.11.1 a 3.11.6	URBTEC		Sex 18/01/19	
	R11				330 dias	Dom 20/01/19	Seg 18/02/19
3.12.5		Reunião Preparatória para a 5ª Audiência Pública		Consultoria e ETM	1 dia	Qua 23/01/19	
3.12.6		5ª Audiência Pública Plano de Ações e Investimentos - PAI e Institucionalização do PDM e do PlanUrb de Ponta Grossa		URBTEC, ETM, CMC, CMT, GA e representantes dos poderes executivo e legislativo; do Ministério Público; população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.	1 dia	Qui 07/02/19	
3.12.7		Reunião Técnica de Conclusão		URBTEC e ETM	1 dia	Sex 08/02/19	
3.13.3			Entrega do relatório 11- Documento final contendo todos os relatórios anteriores revisados.	URBTEC		Seg 18/02/19	

		MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11
Nome da tarefa	Duração											
1ª Fase – Mobilização e estruturação para Revisão no PDM , Plano de trabalho e Cronograma físico	60 dias	■	■	■	■							
2ª Fase - Análise Temática Integrada – Parte 1	45 dias		■	■	■	■						
2ª Fase – Análise Temática Integrada - Parte 2	45 dias			■	■	■	■					
2ª Fase – Análise Temática Integrada - Parte 3	45 dias				■	■	■	■				
3ª Fase – Diretrizes e Propostas para o PDM	90 dias						■	■	■	■	■	■
4ª Fase – Plano de Ações e Investimentos PAI e Institucionalização do PDM	90 dias									■	■	■

REFERÊNCIAS

FERRARI, Celson. Dicionário de Urbanismo. Disal Editora, 2004.

IBGE. Censo Demográfico, 2010.

IPARDES. CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – Maio 2018, p. 20. Curitiba, 2018. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em abril 2018.

IPARDES Leituras Regionais Mesorregião Centro Oriental. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br>.

IPEA / PNUD / FJP Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/>.

IPLAN - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa Disponível em <http://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/>

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA Disponível em <http://www.pontagrossa.pr.gov.br>.

ANEXOS

6.1 ANEXO 1

A seguir é apresentado o regulamento proposto para realização das Audiências Públicas do PDM-PG.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. *A realização das Audiências Públicas, em cumprimento à exigência da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades) e da Lei Complementar Municipal nº 8663, de 9 de outubro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Ponta Grossa, tem como objetivo geral dar continuidade a Revisão do Plano Diretor de Ponta Grossa.*

Art. 2º. *As Audiências Públicas terão como objetivo específico dar conhecimento e colher subsídios sobre a minuta do anteprojeto de lei para a Revisão do Plano Diretor de Ponta Grossa.*

Art. 3º. *Os editais de convocação para as Audiências Públicas, deverão ser publicados, no mínimo, no órgão oficial de imprensa e no site da Prefeitura de Ponta Grossa, com 15 dias de antecedência da sua realização.*

Parágrafo único. *Fica facultado ao executivo municipal, efetivar a divulgação e convocação para as Audiências Públicas, por outros meios idôneos como convites, publicação em murais, divulgação em meios de comunicação etc.*

Art. 4º. *As Audiências Públicas acontecerão, preferencialmente, no período noturno, em diversas localidades, devendo os editais detalhar de forma expressa os seguintes itens:*

I. início da Audiência;

II. objetivo;

III. local.

Art. 5º. *As Audiências Públicas são abertas a todos os interessados, que poderão, mediante inscrição na forma prevista neste regulamento, apresentar sugestões e participar dos debates.*

Parágrafo único. *Os participantes das Audiências Públicas registrarão, obrigatoriamente, seu nome e documento em lista de presença, que ficará disponível durante toda a sessão em local acessível. As inscrições para manifestação serão em*

formulário próprio, disponível durante a Audiência, onde os participantes registrarão o nome e o seu endereço eletrônico.

Art. 6º. *As Audiências Públicas serão realizadas com exposições orais, na sequência e forma disciplinada neste regulamento e registradas em ata.*

CAPÍTULO II

DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 7º. *As Audiências Públicas serão abertas e coordenadas pelo presidente e um mediador, que será escolhido pela Presidente, no início da Audiência.*

Art. 8º. *As Audiências iniciarão às xxx horas, terão a duração de xxx min e serão secretariadas pela xxx.*

Parágrafo único. *Aos presentes serão distribuídos folhetos explicativos sobre os procedimentos da respectiva audiência.*

Art. 9º. *O Presidente apresentará os procedimentos pertinentes e passará a palavra ao responsável pela apresentação da Fase em questão.*

Art. 10. *Ao término da apresentação o Presidente concederá um intervalo de 15 (quinze) minutos, para a secretaria da Audiência colher as perguntas e considerações que deverão ser feitas por escrito, com clareza e objetividade, por meio de formulário próprio.*

Art. 11. *Após o intervalo, o mediador iniciará a fase do debate, procedendo a identificação e a constatação da presença de cada solicitante. Só então efetuará a leitura da respectiva pergunta, indicando a quem a mesma se destina.*

Parágrafo único. *Respondida a questão, será possibilitada a réplica de até 2 (dois) minutos.*

Art. 12. *O tempo conferido às respostas para as perguntas escritas será de até 60 (sessenta) minutos, cabendo à Presidente, caso necessário, prorrogá-lo por mais 30 (trinta) minutos.*

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. *O xxx disporá de até 5 (cinco) dias úteis para lavrar a ata da respectiva Audiência Pública e encaminhá-la ao Presidente, permanecendo uma cópia da mesma à disposição dos interessados, por meio de sítio eletrônico.*